

Relatório Anual

PLANO BD 2014

CNPB 1973000156

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA (“Entidade” ou “VALIA”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

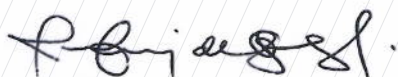
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros Assuntos***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Disponível	562	292	Exigível operacional	42.684	33.071
			Gestão Previdencial (Nota 10)	27.683	17.076
Realizável	18.197.635	17.199.451	Gestão Administrativa (Nota 11)	13.152	14.885
Gestão Previdencial (Nota 4)	271.704	206.673	Investimentos (Nota 12)	1.849	1.110
Gestão Administrativa (Nota 5)	21.604	20.111			
Investimentos (Nota 6)	17.904.327	16.972.667	Exigível contingencial (Nota 13)	1.362.675	1.179.003
Títulos Públicos	5.519.473	4.114.708	Gestão Previdencial	1.346.822	1.163.779
Créditos Privados e Depósitos	388.876	410.503	Gestão Administrativa	13.648	125
Ações	1.275.054	2.066.729	Investimentos	2.205	15.099
Fundos de Investimento	8.272.572	8.040.360			
Investimentos Imobiliários	1.323.123	1.282.168	Patrimônio social	16.816.144	16.008.782
Empréstimos	1.121.349	1.045.020			
Financiamentos Imobiliários	3.880	13.180	Patrimônio para cobertura do plano	15.802.777	14.273.928
Permanente (Nota 9)	23.306	21.114	Provisões matemáticas (Nota 14)	13.398.976	12.195.571
Imobilizado	2.683	2.755	Benefícios Concedidos	10.020.166	9.380.199
Intangível	20.623	18.359	Benefícios a Conceder	3.379.668	2.815.372
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(858)	-
			Equilíbrio técnico	2.403.801	2.078.358
			Resultados realizados	2.403.801	2.078.358
			Superávit Técnico Acumulado	2.403.801	2.078.358
			Fundos (Nota 15)	1.013.367	1.734.854
			Fundos Previdenciais	733.702	1.488.933
			Fundos Administrativos	279.165	244.921
			Fundos de Investimento	500	1.000
Total do ativo	18.221.503	17.220.857	Total do passivo	18.221.503	17.220.857

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	10.812.979	10.965.347	(1.39)
Disponível	254	116	119.09
Recebível	259.803	202.228	28.47
Investimentos	10.552.922	10.763.003	(1.95)
Títulos Públicos	4.738.305	3.641.793	30.11
Créditos Privados e Depósitos	222.727	255.887	(12.96)
Ações	1.063.801	1.765.478	(39.74)
Fundos de Investimento	2.960.256	3.552.309	(16.67)
Investimentos Imobiliários	1.070.930	1.044.190	2.56
Empréstimos	495.096	502.109	(1.40)
Financiamentos Imobiliários	1.807	1.237	46.06
2. Obrigações	1.365.406	1.189.007	14.84
Operacional	16.484	11.075	48.84
Contingencial	1.348.922	1.177.932	14.52
3. Fundos não Previdenciais	27.329	33.996	(19.61)
Fundos Administrativos	26.938	33.662	(19.97)
Fundos de Investimentos	391	334	16.89
4. Ativo Líquido	9.420.244	9.742.343	(3.31)
Provisões Matemáticas	7.130.712	6.882.547	3.61
Superávit Técnico	1.946.906	1.720.637	13.15
Fundos Previdenciais	342.626	1.139.159	(69.92)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	9.742.344	10.189.361	(4.39)
1. Adições	1.033.941	467.249	121.28
(+) Contribuições	61.739	43.492	41.96
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	972.202	423.757	129.42
2. Destinações	(1.356.042)	(914.266)	48.32
(-) Benefícios	(1.158.376)	(852.318)	35.91
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(183.043)	(49.813)	267.46
(-) Custeio Administrativo	(14.623)	(12.135)	20.50
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(322.101)	(447.017)	(27.94)
(+/-) Provisões Matemáticas	248.164	482.235	(48.54)
(+/-) Fundos Previdenciais	(796.533)	(1.049.812)	(24.13)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	226.268	120.559	87.68
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	9.420.243	9.742.344	(3.31)
C) Fundos não previdenciais	27.329	33.996	(19.61)
(+/-) Fundos Administrativos	26.938	33.662	(19.97)
(+/-) Fundos de Investimentos	391	334	16.89

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	10.786.041	10.931.685	(1.33)
1. Provisões Matemáticas	7.130.712	6.882.547	3.61
1.1. Benefícios Concedidos	7.126.110	6.878.458	3.60
Benefício Definido	7.126.110	6.878.458	3.60
1.2. Benefício a Conceder	4.602	4.089	12.55
Benefício Definido	4.602	4.089	12.55
2. Equilíbrio Técnico	1.946.906	1.720.637	13.15
2.1. Resultados Realizados	1.946.906	1.720.637	13.15
Superávit Técnico Acumulado	1.946.906	1.720.637	13.15
Reserva de Contingência	1.782.678	1.720.637	3.61
Reserva para Revisão de Plano	164.228	-	100.00
3. Fundos	343.017	1.139.494	(69.90)
3.1. Fundos Previdenciais	342.626	1.139.159	(69.92)
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	391	334	16.89
4. Exigível Operacional	16.484	11.075	48.84
4.1. Gestão Previdencial	15.284	10.277	48.72
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.200	797	50.47
5. Exigível Contingencial	1.348.922	1.177.932	14.52
5.1 Gestão Previdencial	1.346.822	1.163.779	15.73
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	2.100	14.153	(85.16)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	244,921	209,766	16.76
1. Custeio da Gestão Administrativa	119,611	99,028	20.78
1.1 - Receitas	119,611	99,028	20.78
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	62,688	58,121	7.86
Custeio Administrativo dos Investimentos	23,842	22,662	5.21
Taxa de Administração dos Empréstimos e Financiamentos	7,036	6,190	13.66
Resultado Positivo dos Investimentos	24,815	11,214	121.29
Outras Receitas	1,230	841	46.21
2. Despesas Administrativas	85,369	63,873	33.65
2.1 - Administração Previdencial	53,698	34,762	54.47
Pessoal e Encargos (Nota 5.1.1)	20,538	16,396	25.26
Treinamentos / Congressos e Seminários	420	522	(19.51)
Viagens e Estádias	565	488	15.79
Serviços de Terceiros (Nota 5.1.2)	10,757	9,621	11.81
Despesas Gerais	5,761	5,916	(2.61)
Depreciações e Amortizações	2,128	1,787	19.06
Contingências	13,523	5	260,714.05
Outras Despesas	6	27	(78.03)
2.2 - Administração dos Investimentos	31,619	29,059	8.81
Pessoal e Encargos (Nota 5.1.1)	17,815	16,552	7.63
Viagens e Estádias	237	324	(26.81)
Serviços de Terceiros (Nota 5.1.2)	3,076	2,603	18.18
Despesas Gerais	10,491	9,581	9.50
2.5 - Outras Despesas	52	52	0.80
3. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	34,242	35,156	(2.60)
4. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	34,242	35,156	(2.60)
5. Operações Transitórias	2	-	100.00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)	279,165	244,921	13.98

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição		2014	2013	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		16.008.782	15.974.553	0,21
1. Adições		2.492.351	1.282.358	94,36
(+)	Contribuições Previdenciais	687.068	660.452	4,03
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.685.672	522.877	222,38
(+)	Receitas Administrativas	94.796	87.815	7,95
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	24.815	11.214	121,29
2. Destinações		(1.718.500)	(1.248.129)	37,69
(-)	Benefícios	(1.449.595)	(1.117.792)	29,68
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(183.033)	(49.813)	267,44
(-)	Despesas Administrativas	(71.846)	(63.868)	12,49
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(13.524)	(5)	260.733,34
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	(502)	(16.651)	(96,99)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		773.851	34.229	2.160,81
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.169.936	1.084.478	7,88
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Ex- ercício	325.469	(48.318)	(773,60)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(755.294)	(1.020.435)	(25,98)
(+/-)	Fundos Administrativos	34.242	35.156	(2,60)
(+/-)	Fundos de Investimentos	(502)	(16.651)	(96,99)
4. Operações transitórias		33.511	-	100,00
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)		16.816.144	16.008.782	5,04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Vale S.A. em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com multiplanos, constituída para funcionar por prazo indeterminado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que tem direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os participantes autopatrocinados estão alocados em suas patrocinadoras de origem. Os planos administrados pela Fundação e seus patrocinadores são os seguintes:

Plano de Benefício Definido - CNPB Nº 1973.0001-56 – Modalidade Benefício Definido

Patrocinadores	Total de participantes			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Vale S.A.	13	10.634	5.552	54	69
Log-in Logística Intermodal S.A	-	71	38	-	70
Fundação Vale do RioDoce de Seguridade Social- Valia	-	42	4	-	68
Fundação Vale	-	15	9	-	69
Florestas Rio Doce S.A.	-	78	39	-	68
Rio Doce Geologia e Mineração S.A.	-	78	39	-	70
Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA S.A.	-	53	44	-	72
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco	-	3	1	-	71
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco	-	4	3	-	59
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás	-	2	-	-	66
Minas Serra Geral S.A.	-	59	26	-	65
	<u>13</u>	<u>11.039</u>	<u>5.755</u>		

Plano de Benefícios - Cenibra - CNPB Nº 1995.0023-56 – Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA S.A.	-	33	4	-	65
	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>4</u>		

Plano de Benefícios - VALE MAIS - CNPB Nº 1999.0052-11 – Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes (*)			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Vale S.A.	60.521	3.414	442	36	56
Log-in Logística Intermodal S.A.	1.111	38	5	38	62
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social- Valia	270	27	3	36	56
Fundação Vale	50	8	-	39	58
Florestas Rio Doce S.A.	5	9	-	47	61
Celulose Nipo -Brasileira - CENIBRA S.A.	1.922	179	13	39	57
Companhia Nipo -Brasileira de Pelotização - Nibrasco	-	9	-	-	60
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco	-	6	1	-	64
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás	-	6	-	-	64
Minas Serra Geral S.A.	5	20	1	48	60
Vale Fertilizantes S.A.	5.091	17	7	37	50
SaloboMetais S.A.	2.308	4	4	33	45
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	1	-	-	30	-
CADAM S.A.	247	3	-	40	47
Vale Potássio Nordeste S.A.	13	11	-	35	54
Ferrovia Norte Sul S.A.	376	4	-	32	51
Vale Soluções em Energia S.A.	281	1	-	42	59
Mineração Paragominas S.A.	1.858	5	-	35	53
Vale Óleo e Gás S.A.	30	-	-	40	-
Vale Energia Limpa S.A.	7	-	-	41	-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	31	-	-	39	-
Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV	74	-	-	44	-
Vale Logística Integrada S.A.	585	1	-	35	57
Vale Logística Integrada Operações Portuárias S.A.	260	-	-	36	-
Ultrafertil S.A.	106	-	-	39	-
Log Star Navegação S.A.	10	-	-	46	-
Vale Florestar S.A. (**)	-	-	-	-	-
Vale Logística Integrada Multimodal S.A.	-	-	-	-	-
Vale Logística Integrada Operações de Terminais S.A.	-	-	-	-	-
PSC Terminais Intermodais	8	-	-	29	-
	<u>75.170</u>	<u>3.762</u>	<u>476</u>		

(*) Os participantes autopatrocinados do plano VALE MAIS estão alocados nas suas patrocinadoras de origem

(**) A Patrocinadora Vale Florestar S.A. obteve autorização da retirada de patrocínio aprovada pela PREVIC em janeiro de 2015, conforme a Nota 17 – Eventos subsequentes.

Plano de Benefícios - VALIAPREV - CNPB Nº 2000.0082-83 – Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes(*)			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco	5	-	-	39	-
Valesul Alumínio S.A.	213	55	8	43	56
Albrás Alumínio Brasileiro S.A.	934	-	2	41	38
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	7.067	17	9	36	54
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.	2.004	-	-	37	-
Instituto Ambiental Vale	113	1	-	43	62
Nova Era Silicon S.A.	314	15	5	38	53
Florestal Bioflor S.A.	287	-	-	42	-
Pará Pigmentos S.A.	129	1	1	40	47
Companhia Paulista de Ferroligas	-	-	3	-	55
Vale Manganês S.A.	1.364	46	15	40	54
Terminal Vila Velha S.A.	560	9	2	37	52
Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da CVRD - Pasa	334	1	-	37	51
Samarco Mineração S.A.	3.181	104	17	37	56
MSE - Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda.	38	1	2	49	54
Kaserge Serviços Gerais Ltda.	20	8	3	47	48
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	346	2	-	38	55
Vale S.A.	1.172	4	1	45	52
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	1.445	6	3	37	49
Vale Fertilizantes S.A.	-	-	-	-	-
Bozel Mineração S.A.	294	9	3	38	47
Conselho Empresarial Brasil China(**)	1	-	-	37	-
	<u>95.009</u>	<u>4.041</u>	<u>550</u>		

(*) Os participantes autopatrocinados do plano VALIAPREV estão alocados nas suas patrocinadoras de origem.

(**) A Conselho Empresarial Brasil China retirou o patrocínio do plano Valiaprev em 2011. O participante ativo apresentado é autopatrocinado.

Plano de Benefícios – VALE FERTILIZANTES - CNPB Nº 2012.0002-74 – Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes (*)			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Vale Fertilizantes S.A.	<u>959</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	46	63
	<u>959</u>	<u>16</u>	<u>-</u>		

(*) Os participantes autopatrocinados do plano VALE FERTILIZANTES estão alocados nas suas patrocinadoras de origem.

Abono Complementação

Em 2001, conforme Convênio celebrado entre a Vale e a Valia, foi transferido para esta Fundação a operacionalização e administração do abono complementação de aposentadoria e de pensão. Estas rendas são pagas aos ex-empregados das empresas VALE, DOCEGEO, DOCENAVE, VALIA e ITABRASCO e seus beneficiários definidos nas Resoluções CVRD 05/87, 06/87 e 07/89;

Resoluções DOCEGEO RE-003/87, 004/87 e 0007/89; Instrução Especial - DOCENAVE - nº 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir.261º, de 07/07/87 e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 05/02/88nº 05/87 e 07/89, respectivamente. O Abono-Complementação não se caracteriza juridicamente como um Plano de Benefícios e não tem vinculação solidária com quaisquer dos outros planos administrados pela Valia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da VALIA e foram elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e alterações posteriores, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores:

- (i) Balanço Patrimonial (Consolidado).
- (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- (iii) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (iv) Demonstração do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (v) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Valia são apresentadas a seguir:

a. Resultado das operações

Segundo regulamentação vigente, o resultado é apurado em observância ao princípio de competência, no qual as receitas e as despesas são registradas independentes da sua efetiva realização,

com exceção da receita de contribuições de autopatrocinados, cuja escrituração é feita com base no regime de caixa.

b. Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

c. Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de Investimentos, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais

haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *prorata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e de renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. As depreciações são calculadas de acordo com o prazo de vida útil remanescente estabelecido no

laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.846 de 25 de março de 2010.

d. Permanente

O ativo permanente contempla os registros do Imobilizado e Intangível os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações, ambos corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, quando deixou de existir a correção monetária. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens, conforme taxas definidas na legislação em vigor.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, foi realocado no ativo intangível.

e. Exigível operacional

Representam as obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos.

f. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

g. Patrimônio social

Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como "reserva de contingência". O seu excedente é registrado como Reserva Especial para Revisão do Plano, reserva esta que deverá atender aos critérios definidos na resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial - Conforme o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Fundo administrativo - Patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo adicionado ao rendimento auferido na respectiva carteira de investimentos, que objetiva cobrir as despesas

administrativas a serem realizadas pela Valia na administração de seus planos de benefícios, na forma de seus regulamentos.

Fundo de investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

h. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. Realizável da Gestão Previdencial

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

Gestão previdencial	2014	2013	Var (%)
Recursos a receber	36.849	38.257	(3,68)
Adiantamentos	561	358	56,70
Depósitos Judiciais/Recursais	<u>234.294</u>	<u>168.058</u>	<u>39,41</u>
	<u>271.704</u>	<u>206.673</u>	<u>31,47</u>

Os Recursos a Receber referem-se às contribuições normais do mês de dezembro de 2014, que são recebidas no mês subsequente. Dentro do grupo tem-se ainda o subgrupo "Outros Recursos a Receber" no qual se registram valores a receber de participantes referentes a créditos consignados em folha de pagamento de benefícios repassados a maior. Tais valores serão descontados dos futuros repasses consignados em folha de benefícios. Os valores referentes aos Depósitos Judiciais/ Recursais e Bloqueios Judiciais referem-se às contingências passivas da gestão previdencial. Tais valores são atualizados mensalmente pela variação da TR + 0,5% a.m.

Não existem dívidas contratadas junto às patrocinadoras.

5. Realizável da Gestão Administrativa

No quadro abaixo segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa em 31 de dezembro:

	2014	2013	Var (%)
Contas a receber	9.902	9.233	7,25
Despesas antecipadas	20	32	(37,50)
Depósitos judiciais/recursais	<u>11.682</u>	<u>10.846</u>	<u>7,71</u>
	<u>21.604</u>	<u>20.111</u>	<u>7,42</u>

No grupo Contas a Receber registram-se as contribuições para custeio do mês de dezembro de 2014, que são recebidas no mês subsequente e adiantamentos a empregados. Dentro do grupo tem-se ainda saldo dos demais valores a receber desta gestão ("Outros Recursos a Receber"), bem como o carregamento a receber pelo Plano de gestão Administrativa (PGA), referente ao Custeio Administrativo do mês de dezembro de 2014, que é recebido no mês subsequente.

No Grupo Despesas antecipadas é registrado o estoque de materiais de almoxarifado. Registram-se na gestão Administrativa ainda os valores referentes aos Depósitos Judiciais /Recursais referentes às contingências passivas da Gestão Administrativa.

5.1 Custeio Administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente no plano de origem, utilizando-se as fontes de custeio previdencial e de investimentos.
- Despesas Específicas: alocadas diretamente no plano de origem.
- Despesas Comuns: o critério de rateio das despesas comuns entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, considerando a ponderação entre quantidade e situação destes participantes e também levando em consideração o patrimônio dos planos.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

Abaixo o detalhamento dos principais grupos de despesas administrativas:

5.1.1 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2014	2013	Var (%)
Dirigentes	1.580	-	100,00
Pessoal próprio	36.569	32.762	11,62
Estagiários	<u>204</u>	<u>186</u>	<u>9,68</u>
	<u>38.353</u>	<u>32.948</u>	<u>16,40</u>

Neste grupo registram-se as despesas com pessoal e encargos da Fundação. A variação entre os gastos nos exercícios foi motivada em grande parte pelas rescisões contratuais ocorridas ao longo de 2014, pelo aumento nos gastos com assistência médica dos funcionários, além do percentual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho. Importante destacar que a partir do exercício de 2014 passou-se a efetuar o registro da despesa com a remuneração dos diretores, mesmo não ocorrendo o efetivo desembolso, uma vez que os diretores são cedidos pela patrocinadora Vale S/A. Esta despesa é anulada na conta de reembolsos da Gestão Administrativa. Para fins comparativos, se o valor fosse contabilizado no exercício de 2013 seria de R\$ 1.430, o que significa uma variação de 10,49% entre os exercícios.

5.1.2 Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros	2014	2013	Var (%)
Consultoria Jurídica	3.941	3.734	5,54
Recursos Humanos	88	137	(35,77)
Informática	4.464	3.994	11,77
Consultoria Atuarial	250	115	117,39
Consultoria de Investimentos	562	277	102,89
Consultoria Contábil	199	94	111,70
Outras	<u>4.329</u>	<u>3.872</u>	<u>11,80</u>
	<u>13.833</u>	<u>12.233</u>	<u>13,16</u>

Neste grupo registram-se as despesas com serviços de terceiros tomados pela Fundação. Ressalta-se que no subgrupo "Outras" estão alocadas as despesas com serviços de terceiros, pulverizados em diversas áreas e com distintas naturezas, com destaque para os gastos com gestão de documentos e informações gerenciais (R\$ 1.977 em 2014 – 14% do total de despesas administrativas) e comunicação (R\$ 669 em 2014 – 5% do total de despesas administrativas).

5.2 Custeio Administrativo - Investimento

Refere-se ao recurso mensal transferido de cada plano para o custeio das atividades administrativas.

Plano	2014	2013	Var (%)
Benefício definido	23.560	22.646	4,04
Cenibra	19	16	18,75
Vale Fertilizantes	156	-	100,00
Abono Complementação	<u>106</u>	<u>-</u>	<u>100,00</u>
Total	<u>23.841</u>	<u>22.662</u>	<u>5,20</u>

6. Demonstrativo da Carteira de investimentos

A Carteira de Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	2014	2013	Var (%)
Renda fixa			
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	5.519.473	4.114.708	34,14
Aplicações em instituições financeiras	175.422	155.335	12,93
Títulos de empresas	213.454	255.168	(16,35)
Fundos de investimentos	6.632.010	6.614.089	0,27
	<u>12.540.359</u>	<u>11.139.299</u>	<u>12,58</u>
Renda variável			
Mercado de ações à vista	1.275.054	2.043.091	(37,59)
Fundos de investimentos	950.592	875.155	8,62
	<u>2.225.646</u>	<u>2.918.246</u>	<u>23,73</u>
Investimentos estruturados			
Fundos de participação	670.762	532.216	26,03
Fundo Imobiliário	19.208	18.901	1,62
	<u>689.970</u>	<u>551.117</u>	<u>25,19</u>
Investimentos no exterior			
Ações	-	23.638	(100,00)
Investimentos imobiliários			
Aluguéis e Renda	1.323.123	1.282.168	3,19
Operações com participantes			
Empréstimos	1.121.349	1.045.020	7,30
Financiamentos imobiliários	3.880	13.180	(70,56)
	<u>1.125.229</u>	<u>1.058.200</u>	<u>6,33</u>
Total	<u>17.904.327</u>	<u>16.972.668</u>	<u>5,49</u>

Em virtude do cenário macroeconômico mais desafiador projetado para 2014, quando da elaboração da política de investimentos, levando em consideração a expectativa de alta volatilidade nos mercados, diante da possibilidade de retirada dos estímulos da economia americana, às incertezas quanto ao

crescimento chinês e quanto ao cenário político brasileiro, além dos fracos dados da economia brasileira, foi traçada, à época, uma estratégia mais conservadora para este exercício, com redução da alocação alvo do segmento de Renda Variável e aumento da alocação em títulos públicos indexados em inflação.

6.1 Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, detalhados por tipo e prazo, posicionados em 31 dezembro de 2014.

Renda Fixa	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	Valor de mercado	Curva	Mercado
Papel			
Títulos federais			
Notas do Tesouro Nacional – Série B	8.239.811	8.208.203	29.733
Notas do Tesouro Nacional – Série C	498.414	426.909	336.169
Notas do Tesouro Nacional – Série F	-	-	2.732
Letras do Tesouro Nacional	-	-	48.645
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	257.643
Total Títulos Públicos	8.738.225	8.635.112	674.922
Títulos privados			
Certificados de depósito bancário	95.104	93.517	824.358
Notas Promissórias	-	-	25.481
Debêntures	269.853	267.376	171.033
Compromissadas (i)	-	-	1.726.949
Letra financeira subordinada	85.510	81.905	63.277
Total Títulos Privados	450.467	442.798	2.811.098
	9.188.692	9.077.910	3.486.020
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2015)	24.327	24.474	2.546.244
A vencer entre 361 e 1080 dias (2016/2017)	318.247	303.576	231.403
A vencer a partir de 1081 dias (2018 em diante)	8.846.118	8.749.860	708.372
	9.188.692	9.077.910	3.486.020
	Total		12.563.930
	NTNC -Garantia		(11.758)
	Caixa/provisões fundos		(250)
	NTNB RAUTA (RV) (ii)		(4.044)
	LFT SI MISTRAL (RV) (ii)		(7.518)
			12.540.359

Como comparativo segue quadro posicionado em 31 de dezembro de 2013:

Papel	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	Valor de mercado	Curva	Mercado
Títulos federais			
Notas do Tesouro Nacional – Série B	4.339.262	4.459.262	656.867
Notas do Tesouro Nacional – Série C	1.557.158	1.322.572	320.060
Notas do Tesouro Nacional – Série F	7.601	7.601	55.811
Letras do Tesouro Nacional	-	-	153.975
Letras Financeiras do Tesouro	29.446	29.446	279.679
Total Títulos Públicos	5.933.467	5.818.881	1.466.392
Títulos privados			
Certificados de depósito bancário	83.858	81.666	1.186.342
Debêntures	373.293	362.523	165.668
Compromissadas (i)	-	-	1.317.277
Letra financeira subordinada	78.000	73.668	692.986
Total Títulos Privados	535.151	517.857	3.362.273
	6.468.618	6.336.738	4.828.665
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2014)	119.319	118.321	2.802.059
A vencer entre 361 e 1080 dias (2015/2016)	68.623	67.371	735.936
A vencer a partir de 1081 dias (2017 em diante)	6.280.676	6.151.046	1.290.670
	6.468.618	6.336.738	4.828.665
Total			11.165.403
NTNC - Garantia			(10.966)
Caixa/provisões fundos			(196)
NTNB RAUTA (RV) (ii)			(10.367)
LFT SI MISTRAL (RV) (ii)			(4.575)
			11.139.299

(i) As operações compromissadas são aplicações do saldo de caixa, via instituição financeira, cujo lastro são debêntures ou títulos públicos.

(ii) Estes títulos compõem a carteira do fundo Rauta e SI Mistral ambos fundos de Renda Variável.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, estando assim em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002.

6.2 Demonstrativo de Investimento por Plano

6.2.1 Abono complementação

	2014		2013	
Rentabilidade dos ativos	Valor	(%)	Valor	(%)
Renda Fixa	1.321.770	19,83	1.048.550	5,82

Detalhamento da Carteira de Investimentos - Abono complementação

		2014		2013	
Fundos	RF / Gestor / Administrador	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
	Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.262.857	100,00	995.185	100,00
Títulos Públicos					
	Notas do Tesouro Nacional	11.409	100,00	10.637	100,00
CDB					
	LF Subordinada Bradesco	47.504	100,00	42.728	100,00
Total Renda Fixa		1.321.770	100,00	1.048.550	100,00

6.2.2 Plano Benefício Definido

	2014		2013	
Rentabilidade dos ativos	Valor	(%)	Valor	(%)
Renda Fixa	7.033.976	14,38	6.735.773	5,53
Renda Variável	1.378.613	(3,84)	2.019.768	(6,01)
Investimentos Estruturados	584.257	(2,97)	450.590	5,18
Investimentos no Exterior	-	-	20.301	(18,59)
Investimentos Imobiliários	1.070.930	11,26	1.044.190	21,67
Operações com Participantes	496.903	12,58	503.346	13,96
Total - Benefício Definido	10.564.679	9,85	10.773.968	4,40

Os saldos demonstrados no quadro anterior representam os saldos do ativo contábil dos investimentos, com exceção da Renda Fixa, onde está

adicionado o valor bloqueado de NTN-C em garantia de três processos judiciais no valor de R\$ 11.757 em 2014 (R\$ 10.965 em 2013).

Detalhamento da Carteira de Investimentos do Plano Benefício Definido

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.065.779	51,71	1.379.697	48,80
Hunter/Valia/BEM DTVM Ltda.	337.412	16,37	749.027	26,49
Mining/BRAM/Banco Bradesco	187.888	9,12	185.505	6,56
E FIM/Santander Asset/Santander Asset	122.090	5,92	130.529	4,62
Aldebaran/UBS Pactual Asset/UBS Pactual				
Serv. Financeiros	119.794	5,81	128.533	4,55
Onix/Banco Safra/Banco Safra	118.034	5,73	122.055	4,32
BB Milenio VIII/BB DTVM/BB DTVM	103.783	5,04	113.905	4,03
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	6.406	0,31	17.876	0,63
Subtotal	2.061.186	100,00	2.827.127	100,00
Títulos Públicos				
NTN - Notas do Tesouro Nacional	4.750.062	100,00	3.623.313	99,19
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	29.446	0,81
Subtotal	4.750.062	100,00	3.652.759	100,00
Debêntures				
Cemig	22.027	11,89	40.734	18,25
Telemar	30.722	16,58	28.839	12,92
Rota das Bandeiras	30.024	16,20	28.383	12,72
Julio Simões Logística	27.243	14,70	25.563	11,45
Tractebel	-	-	22.402	10,04
BR Malls	14.142	7,63	19.901	8,92
Andrade Gutierrez	18.046	9,74	16.934	7,59
Centrovias	15.165	8,18	14.231	6,38
Autovias	15.165	8,18	14.231	6,38
Vianorte	12.637	6,82	11.859	5,31
Vale	149	0,08	144	0,06
Subtotal	185.320	100,00	223.221	100,00
CDB's				
Itaú -Unibanco	37.407	100,00	32.666	100,00
Subtotal	37.407	100,00	32.666	100,00
Total de Renda Fixa	7.033.976	100,00	6.735.773	100,00

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Ações				
BR Foods ON	463.894	43,61	898.842	51,50
Vale ON	111.313	10,46	200.444	11,49
BR Malls Part ON	43.484	4,09	188.034	10,77
Vale PNA	85.628	8,05	168.719	9,67
Abril Educação ON	68.172	6,41	79.325	4,55
JHSF ON	39.309	3,70	71.258	4,08
Itaunibanco PN	37.842	3,56	8.703	0,50
Bradesco PN	38.915	3,66	7.515	0,43
Itausa PN	39.788	3,74	7.365	0,42
Petrobrás PN	58.140	5,47	6.863	0,39
Estacio	-	-	6.307	0,36
Banco do Brasil ON	28.106	2,64	5.484	0,31
CESP PNB	-	-	4.490	0,26
Metalurgica Gerdau PN	-	-	4.095	0,23
CIELO ON	-	-	3.919	0,22
Ultrapar PN	-	-	3.506	0,20
Cyrela Real ON	-	-	3.271	0,19
Hypermarcas ON	-	-	2.803	0,16
Randon	-	-	2.787	0,16
Gerdau PN	-	-	2.753	0,16
Petrobrás ON	36.225	3,41	2.441	0,14
BMFBovespa ON	-	-	2.414	0,14
CEMIG PN	-	-	2.116	0,12
Pão de Açúcar PN	-	-	1.751	0,10
GOL	-	-	1.722	0,10
PDG Realty ON	-	-	1.699	0,10
Duratex	-	-	1.412	0,08
Energias BR ON	-	-	1.302	0,07
TPIS	-	-	1.136	0,07
Lojas Americanas PN	-	-	1.109	0,06
Gafisa S.A.	-	-	1.059	0,06
Ambev	-	-	1.017	0,06
Empréstimos de ações	-	-	44.234	2,53
Valores a receber	12.985	1,22	5.281	0,30
Subtotal	1.063.801	100,00	1.745.176	100,00
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIC VALOR/Valia/BEM DTVM Ltda.	260.264	82,67	216.686	78,91
Ibovespa Value/Bradesco Asset/BEM DTVM Ltda.	40.484	12,86	46.193	16,82
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	14.064	4,47	11.713	4,27
Subtotal	314.812	100,00	274.592	100,00
Total Renda Variável	1.378.613	100,00	2.019.768	100,00

Fundos Investimentos Estruturados /Gestor/
Administrador

Infra Brasil FIP / Banco Santander (Brasil) S.A. / Banco Santander (Brasil) S.A.

FIP SONDAS / Caixa Econômica Federal / Caixa Econômica Federal

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda. / Banco Santander (Brasil) S.A.

FS - Fundo de Investimento em Participações

FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos S.A. / BEM DTVM Ltda.

NEO Capital Mezanino FIP / NEO gestão de Recursos Ltda./Intrag DTVM Ltda.

BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos / BEM DTVM Ltda.

CRP VII FIP / CRP Companhia de Participações / CRP Companhia de Participações

Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / - /Banco Brascan S.A.

Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda. / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda.

Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II/ Kinea Investimentos/Citibank DTVM S.A.

Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda./BEM DTVM Ltda.

Brasil Petróleo FIP / MANTIQ Investimentos Ltda./BNY Mellon

FIP Governança e Gestão II / Governança e gestão Investimentos Ltda. / Banco Santander (Brasil) S.A.

Brasil Portos FIP / BRZ Investimentos Ltda. / BB gestão de Recursos DTVM S.A.

Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda. /BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

BNY Mellon GTD FIP/BNY Mellon/BNY Mellon

2B Capital - Brasil Capital de Crescimento I /2B Capital S.A. / Citibank DTVM S.A.

CTS II FIP/ CRV Dist. De Títulos e Valores Mobiliários/ CRV Distrib. De Títulos e Valores Mobiliários

Fundo Brasil de Internacionalização de Empres FIP II / TGC Gestor LTDA / BB Gestão de Recursos

DGF FIPAC2/ DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda

2014		2013	
Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
75.122	12,86	89.088	19,77
162.330	27,78	69.946	15,52
43.592	7,46	47.191	10,47
41.130	7,04	41.034	9,11
33.255	5,69	36.788	8,16
31.044	5,31	27.736	6,16
19.982	3,42	26.318	5,84
12.143	2,08	18.911	4,20
17.997	3,08	17.709	3,93
15.730	2,69	16.950	3,76
46.554	7,97	15.613	3,46
19.434	3,33	11.275	2,50
19.171	3,28	10.422	2,31
8.965	1,53	7.160	1,59
8.104	1,39	6.629	1,47
4.516	0,77	4.848	1,08
2.762	0,47	2.698	0,60
9.944	1,70	274	0,06
10.800	1,85	-	-
1.509	0,26	-	-
171	0,03	-	-
584.257	100,00	450.590	100,00

Investimentos no Exterior

GP Invest BDR

2014		2013	
Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
-	-	20.301	100,00

6.2.3 Plano Vale Mais

Rentabilidade dos ativos

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Renda Fixa	3.568.366	12,76	2.901.590	1,15
Renda Variável	781.644	(1,65)	821.375	(9,26)
Investimentos Estruturados	105.713	(9,06)	100.526	10,85
Investimentos no Exterior	-	-	3.337	(18,58)
Investimentos Imobiliários	252.193	8,54	237.978	8,14
Operações com Participantes	573.374	12,58	507.186	13,96
Total – Vale Mais	5.281.290	9,58	4.571.992	0,84

Detalhamento da Carteira de Investimento do Plano Vale Mais

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.196.902	44,50	1.216.640	52,19
FIM Turquesa/Valia/BEM DTVM Ltda.	729.055	27,11	395.576	16,97
Hunter/Valia/BEM DTVM Ltda.	136.055	5,06	253.950	10,89
Safira/Valia/BEM DTVM Ltda.	376.108	13,98	218.083	9,35
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	213.009	7,92	198.546	8,52
Mining/BRAM/Banco Bradesco	12.970	0,48	14.486	0,62
Aldebaran/UBSPactual Asset/UBSPactual				
Serv.Financeiros	11.314	0,42	12.992	0,56
EFIM/Santander Asset/Santander Asset	6.525	0,24	8.658	0,37
BB MilenioVIII/BB DTVM/BB DTVM	5.391	0,20	7.821	0,34
Onix/Banco Safra/Banco Safra	2.053	0,08	4.608	0,20
Subtotal	2.689.382	100,00	2.331.360	100,00
Títulos Públicos				
NTN- Notas do Tesouro Nacional	761.977	100,00	459.813	100,00
Debêntures				
Rota das Bandeiras	12.892	45,82	12.187	38,15
Cemig	2.447	8,70	4.526	14,17
Telemar	3.414	12,13	3.204	10,03
Julio Simões Logística	3.027	10,76	2.841	8,89
Tractebel	-	-	2.489	7,79
BR Malls	1.571	5,58	2.211	6,92
Centrovias	1.685	5,99	1.581	4,95
Autovias	1.685	5,99	1.581	4,95
Vianorte	1.404	4,99	1.318	4,12
Vale	10	0,04	10	0,03
Subtotal	28.135	100,00	31.948	100,00
CDB's				
Itaú-Unibanco	56.110	63,14	49.000	62,45
LF Subordinada Bradesco	32.762	36,86	29.469	37,55
Subtotal	88.872	100,00	78.469	100,00
Total Renda Fixa	3.568.366	100,00	2.901.590	100,00

Ações

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
BR Foods ON	100.992	47,81	156.729	52,61
Vale PNA	16.908	8,00	31.799	10,67
JHSF ON	16.911	8,01	30.656	10,29
BR Malls Part ON	9.449	4,47	28.467	9,56
Vale ON	15.839	7,50	28.040	9,41
Abril Educação ON	4.264	2,02	4.175	1,40
Petrobrás PN	11.586	5,48	2.256	0,76
Itaunibanco PN	7.259	3,44	1.151	0,39
Bradesco PN	7.438	3,52	988	0,33
Itausa PN	7.021	3,32	969	0,33
Banco do Brasil ON	4.960	2,35	904	0,30
CIELO ON	-	-	802	0,27
Estacio	-	-	650	0,22
CESP PNB	-	-	609	0,20
Cyrela Real ON	-	-	549	0,18
Metalurgica Gerdau PN	-	-	541	0,18
Cemig PN	-	-	513	0,17
Ultrapar PN	-	-	473	0,16
Petrobrás ON	7.438	3,52	440	0,15
Hypermarcas ON	-	-	429	0,14
Gerdau PN	-	-	410	0,14
GOL	-	-	403	0,14
Pão de Açúcar PN	-	-	360	0,12
BMFBovespa ON	-	-	329	0,11
Randon	-	-	269	0,09
PDG Realty ON	-	-	224	0,08
Energias BR ON	-	-	171	0,06
AMBEV	-	-	156	0,05
TPIS	-	-	150	0,05
Lojas Americanas PN	-	-	145	0,05
Gafisa S.A.	-	-	136	0,05
Duratex	-	-	125	0,04
Empréstimos de ações	-	-	3.372	1,13
Valores a receber	1.187	0,56	524	0,18
Subtotal	211.253	100,00	297.914	100,00

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIC VALOR/Valia/BEM DTVM Ltda.	327.852	57,48	274.291	52,40
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	230.437	40,40	237.142	45,30
Ibovespa Value/Bradesco Asset/BEM DTVM Ltda.	9.388	1,65	10.712	2,05
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	2.714	0,48	1.316	0,25
Subtotal	570.391	100,00	523.461	100,00
Total Renda Variável	781.644	100,00	821.375	100,00

Fundos Investimentos Estruturados/Gestor /

Administrador

FIP SONDAS/Caixa Econômica Federal/Caixa Econômica Federal
 Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP/TCG Gestor Ltda./Banco Santander (Brasil) SA.
 NEO Capital Mezanino FIP/NEO gestão de Recursos Ltda./Intrag DTVM Ltda.
 FS - Fundo de Investimento em Participações
 CRP VII FIP/CRP Companhia de Participações/CRP Companhia de Participações
 FIP Brasil de Governança Corporativa/BR Educacional Gestora de Recursos SA./BEM DTVM Ltda.
 BRZ ALL FIP/BRZ Investimentos/BEM DTVM Ltda.
 Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II/ Kinea Investimentos/Citibank DTVM S.A.
 Brasil Portos FIP/BRZ Investimentos Ltda./BB gestão de Recursos DTVM S.A.
 Brasil Mezanino InfraEstrutura FIP/Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda. / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda.
 Brasil Petróleo FIP/MANTIQ Investimentos Ltda./BNY Mellon
 Brasil Sustentabilidade FIP/Latour Capital do Brasil Ltda./BEM DTVM Ltda.
 FIP Governança e gestão II/Governança e gestão Investimentos Ltda./Banco Santander (Brasil) SA
 Fundo de Investimento Imobiliário Panamby/- /Banco Brascan S.A.
 Investidores Institucionais FIP/Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda./BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM SA
 2B Capital - Brasil Capital de Crescimento I/2B Capital S.A/ Citibank DTVM S.A.
 BNY Mellon GTD FIP/BNY Mellon/BNY Mellon

CTS II FIP/ CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários

Fundo Brasil Internacionalização de Empresa FIP II / TGC Gestor Ltda / BB Gestão de Recursos
 DGF FIPAC2/ DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda/ CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários

Subtotal

Total Investimentos Estruturados

2014		2013	
Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
39.838	37,68	36.499	36,31
12.935	12,24	14.991	14,91
10.760	10,18	11.159	11,10
6.765	6,40	6.749	6,71
3.815	3,61	6.010	5,98
4.353	4,12	4.989	4,96
3.526	3,34	4.644	4,62
6.601	6,24	3.101	3,08
2.882	2,73	2.852	2,84
2.559	2,42	2.771	2,76
2.794	2,64	1.814	1,80
2.652	2,51	1.724	1,71
1.611	1,52	1.341	1,33
1.211	1,15	1.192	1,19
304	0,29	326	0,32
1.534	1,45	182	0,18
186	0,18	182	0,18
1.200	1,14	-	-
168	0,16	-	-
19	0,02	-	-
<u>105.713</u>	<u>100,00</u>	<u>100.525</u>	<u>100,00</u>
<u>105.713</u>	<u>100,00</u>	<u>100.525</u>	<u>100,00</u>

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Investimento no Exterior GP Invest BDR	-	-	3.337	100,00
Total Investimentos no Exterior	-	-	3.337	100,00

Perfis de Investimento-Plano Vale Mais - CNPB 1999.0052-11

Tipo de perfil	Qtde de participantes (Ativos)	Volume de recursos	Rentabilidade 2014 - %	Rentabilidade 2013 - %
Vale Mais Fix	4.960	206.390	12,02	1,45
Vale Mais Mix 20	65.983	1.950.698	9,91	(0,69)
Vale Mais Mix 35	3.088	192.916	8,30	(2,36)
Vale Mais Ativo Mix 40 (*)	685	102.423	8,69	1,29

(*) O perfil Ativo Mix 40 iniciou-se em 15 de janeiro de 2013. Para fins de comparabilidade com a rentabilidade dos demais perfis, gerencialmente neste relatório atribuiu-se a rentabilidade dos primeiros 15 dias do ano igual a do perfil Mix 20.

6.2.4 Plano Cenibra

	2014		2013	
Rentabilidade dos ativos	Valor	(%)	Valor	(%)
Renda Fixa	23.779	19,58	20.725	6,11

Detalhamento da Carteira de Investimentos Plano Cenibra

	2014		2013	
Fundos	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Renda Fixa/Gestor/Administrador Athena / Valia / BEM DTVM Ltda.	22.141	100,00	19.251	100,00
CDB				
LF Subordinada Bradesco	1.638	100,00	1.474	100,00
Total Renda Fixa	23.779	100,00	20.725	100,00

6.2.5 Plano Valiaprev

	2014		2013	
Rentabilidade dos ativos	Valor	(%)	Valor	(%)
Renda Fixa	306.812	12,22	247.278	1,70
Renda Variável	61.611	0,87	54.753	(11,54)
Operações com Participantes	54.952	12,58	47.668	13,96
Total - Valiaprev	423.375	10,58	349.699	1,17

Detalhamento da Carteira de Investimentos do Plano Valiaprev

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	179.275	59,95	171.315	69,98
FIM Turquesa/Valia/ BEM DTVM Ltda.	52.509	17,56	30.343	12,39
Safira/Valia/BEM DTVM Ltda.	49.940	16,70	27.372	11,18
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	17.306	5,79	15.783	6,45
Subtotal	299.030	100,00	244.813	100,00
Títulos Públicos				
NTN - Notas do Tesouro Nacional	7.782	100,00	2.465	100,00
Total Renda Fixa	306.812	100,00	247.278	100,00
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	28.812	46,76	28.152	51,42
FIC VALOR/Valia /BEM DTVM Ltda.	32.460	52,69	26.446	48,30
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	339	0,55	155	0,28
Subtotal	61.611	100,00	54.753	100,00
Total Renda Variável	61.611	100,00	54.753	100,00

Perfis de Investimento-Plano Valiaprev - CNPB 2000.0082 -83

Tipo de perfil	Qtde de participantes (Ativos)	Volume de recursos	Rentabilidade 2014 - %	Rentabilidade 2013 - %
Valiaprev Fix	897	33.988	12,03	1,37
Valiaprev Mix 20	18.410	263.849	9,91	(0,70)
Valiaprev Mix 35	446	14.663	8,27	(2,33)
Valiaprev Ativo Mix 40 (*)	70	10.381	8,70	1,41

(*) O perfil Ativo Mix 40 iniciou-se em 15 de janeiro de 2013. Para fins de comparabilidade com a rentabilidade dos demais perfis, gerencialmente neste relatório atribuiu-se a rentabilidade dos primeiros 15 dias do ano igual a do perfil Mix 20.

6.2.6 Plano de Gestão Administrativa

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	261.039	11,44	196.350	7,53
Renda Variável	-	(4,88)	22.348	(12,32)
Total - Plano de Gestão Administrativa	261.039	10,88	218.698	5,62

Detalhamento da Carteira de Investimento - Plano de Gestão Administrativa

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	114.411	43,83	63.920	32,55
Mining/BRAM/Banco Bradesco	33.316	12,76	30.119	15,34
E FIM/Santander Asset/Santander Asset	32.449	12,43	29.321	14,93
Onix/Banco Safra/Banco Safra	27.208	10,42	24.604	12,53
Aldebaran/UBS Pactual Asset/UBS Pactual				
Serv. Financeiros	17.608	6,75	17.137	8,73
BB Milenio VIII/BB DTVM/BB DTVM	17.784	6,81	16.060	8,18
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	18.263	7,00	15.189	7,74
Total Renda Fixa	261.039	100,00	196.350	100,00
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	-	-	22.227	99,46
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	-	-	121	0,54
Total Renda Variável	-	-	22.348	100,00

6.2.7 Plano Vale Fertilizantes

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	36.375	11,07	-	-
Renda Variável	3.777	8,16	-	-
Total - Plano de Gestão Administrativa	40.152	10,83	-	-

Detalhamento da Carteira de Investimento - Plano Vale Fertilizantes

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	26.863	73,85	-	-
Safira/Valia/BEM DTVM Ltda.	7.994	21,98	-	-
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.518	4,17	-	-
Total Renda Fixa	36.375	100,00	-	-
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIC VALOR/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.895	50,18	-	-
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.860	49,24	-	-
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	22	0,58	-	-
Total Renda Variável	3.777	100,00	-	-

7. Reavaliação dos imóveis

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A reavaliação de 2014 foi realizada pela FIDE Serviço de Engenharia e Consultoria Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Jackson Carvalho Guedes – CREA 45.458-D. A reavaliação do exercício de 2013 foi realizada pela Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Paulo Roberto Furtado Junger - CREA 46.053-D-RJ.

A partir da próxima reavaliação da carteira imobiliária, procederemos conforme Instrução PREVIC Nº 15 de 12 de novembro de 2014. A referida instrução define que em caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários, a Entidade fica dispensada do registro da depreciação.

O quadro a seguir apresenta o valor da reavaliação dos investimentos imobiliários da Valia em 2014:

Imóvel	Data da avaliação	Valor do imóvel	Vida útil remanescente	Efeito no resultado
America Business Park	15/07/2014	88.191	36	2.854
Centro Empresarial Cidade Nova	15/07/2014	314.348	32	20.822
Centro Empresarial Mourisco	15/07/2014	49.000	32	1.518
Cidade Jardim Corporate Center	15/07/2014	367.655	49	4.607
Ed. Sede de Empresas	15/07/2014	23.840	20	3.487
Edifício Barão de Mauá	15/07/2014	146.595	22	13.223
Edifício Candelária Corporate	15/07/2014	58.350	32	1.309
Rio Office Tower	15/07/2014	256.181	49	5.124
		<u>1.304.160</u>		<u>52.944</u>

Nos exercícios de 2014 e de 2013 foram adotados o método comparativo de dados de mercado, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas

Técnicas - ABNT. O resultado da reavaliação foi de R\$ 52.944 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 135.964 - 2013), conforme detalhado a seguir:

Imóvel	Aumento no resultado do exercício	
	2014	2013
Imóveis de Uso Próprio	3.799	4.071
Imóvel Locado às Patrocinadoras	13.223	26.314
Locados a Terceiros	<u>35.922</u>	<u>105.579</u>
	<u>52.944</u>	<u>135.964</u>

8. Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários. No que tange a carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 42.424 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 33.216 - 2013) nos planos Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev. Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, a provisão é de R\$ 1.445 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.347 - 2013) nos planos Benefício Definido e Vale Mais.

9. Ativo permanente

A Valia realiza anualmente o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa classificado em imobilizado e intangível, conforme quadro a seguir:

Permanente	2014	2013	Var (%)
Imobilizado	2.683	2.755	(2,61)
Intangível	20.623	18.359	12,33
	<u>23.306</u>	<u>21.114</u>	<u>10,38</u>

No subgrupo Imobilizado os registros estão subdivididos em itens como: Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Instalações. Já no subgrupo Intangível estão alocados os sistemas em uso pela Fundação como também os sistemas e projetos que estão sendo implantados.

10. Exigível operacional da gestão previdencial

Neste grupo registram-se benefícios a pagar e as respectivas retenções da folha de benefícios. No grupo "Outras exigibilidades" estão os reembolsos à patrocinadores e o carregamento a repassar ao PGA, referente ao Custeio Administrativo. Tal carregamento é repassado ao PGA no mês subsequente a sua apuração.

Gestão Previdencial	2014	2013	Var (%)
Benefícios a pagar	895	1.024	(12,60)
Retenções a recolher	17.590	9.955	76,70
Outras exigibilidades	<u>9.198</u>	<u>6.097</u>	<u>50,86</u>
	<u>27.683</u>	<u>17.076</u>	<u>62,12</u>

11. Exigível operacional da gestão administrativa

Apresenta os valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, retenções a recolher e fornecedores.

12. Exigível operacional dos investimentos

Apresenta os valores a pagar relacionados aos investimentos da Valia, conforme quadro abaixo:

Investimentos	2014	2013	Var (%)
Imobiliários	847	927	(8,63)
Empréstimos e financiamentos	1.002	183	447,54
	<u>1.849</u>	<u>1.110</u>	<u>66,58</u>

13. Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pelo advogado, como perda provável e com decisão judicial em segundo grau.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir. Em 2014, houve um acréscimo de R\$ 183.672 na provisão (Decréscimo de R\$ 55.033 - em 2013).

Exigível Contingencial	2014	2013	Var (%)
Gestão previdencial	1.346.822	1.163.779	15,73
Gestão administrativa	13.648	125	10.818,40
Investimentos	<u>2.205</u>	<u>15.099</u>	<u>(85,40)</u>
	<u>1.362.675</u>	<u>1.179.003</u>	<u>15,58</u>

13.1 Exigível contingencial da gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos, cujos principais objetos são as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com objeto Expurgos Inflacionários, que se referem a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou a reserva de poupança resgatada.

Gestão previdencial	2014	2013	Var (%)
Artigo 58	305.719	511.529	(40,23)
Ganho real	223.525	103.318	116,35
Expurgos inflacionários	121.057	249.419	(51,46)
Outros	<u>696.521</u>	<u>299.513</u>	<u>132,55</u>
	<u>1.346.822</u>	<u>1.163.779</u>	<u>15,73</u>

Com vistas a explicar o contido na linha "Outros" do quadro acima vale ressaltar que a Valia possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável. Estas estão classificadas no subgrupo "Outros", na gestão Previdencial onde se pleiteiam mais de um objeto, conforme demonstra quadro a seguir:

Outros - Gestão Previdencial	2014	2013	Var (%)
Artigo 58 + outros índices	602.613	189.428	218,12
Ganho real + outros índices	78.617	100.129	(21,48)
Outros	<u>15.291</u>	<u>9.956</u>	<u>53,59</u>
	<u>696.521</u>	<u>299.513</u>	<u>132,55</u>

Estas provisões referem-se ao plano Benefício Definido.

13.2 Exigível Contingencial da Gestão Administrativa

Neste grupo estão alocados os processos de natureza administrativa que referem-se a ações reclamationárias promovidas por ex-empregados da Fundação, no valor de R\$ 137 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 125 - em 2013).

Ainda neste grupo, no exercício de 2014, houve a reclassificação contábil de processos de causas tributárias que estavam alocados no Exigível Contingencial de Investimentos. Todo este grupo com causas trabalhistas e tributárias totaliza em 31 de dezembro de 2014 R\$ 13.648 (R\$ 125 - em 2013).

13.3 Exigível Contingencial Investimentos

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas preponderantemente a imóveis da carteira imobiliária da Valia, no valor de R\$ 2.205 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 15.099 em 2013, considerando os processos que foram reclassificados conforme nota acima. Para efeito de comparabilidade, os processos que não sofreram reclassificação em 2014 totalizam R\$ 1.771 em 2013).

13.4 Perdas possíveis

O status processual destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi pacificada e há divergência na interpretação nos tribunais regionais. Por este motivo esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2014.

A Valia e seus assessores jurídicos externos revisam tais status e classificações periodicamente. Abaixo quadro com os valores classificados como perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2014 comparativo com o exercício anterior:

Perdas Possíveis	2014	2013	Var (%)
Gestão Previdencial	446.902	489.665	(8,73)
Gestão Administrativa	2.308	27	8.448,15
Investimentos	<u>6.143</u>	<u>642.136</u>	<u>(99,04)</u>
	<u>455.353</u>	<u>1.131.828</u>	<u>(59,77)</u>

A variação no montante de Perdas Possíveis na rubrica Investimentos decorre preponderantemente de revisão dos valores estimados em demanda judicial, para maior aderência ao respectivo estágio processual.

A variação no valor de Perdas Possíveis na rubrica Gestão Administrativa decorre de ajuste de demanda judicial classificada originalmente na rubrica de Investimentos e de alocação de processos de natureza tributária através dos quais a Valia, enquanto autora, visa a anulação de débitos fiscais.

14. Exigível atuarial

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2014 e 2013 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes: Mercer Human Resource Consulting (Plano Benefício Definido, Plano Vale Mais e Abono Complementação e Vale Fertilizantes), Bhering - Consultoria e Projeto Ltda. (Plano Valiaprev) e Atuas - Atuários Associados Ltda (Plano Cenibra). Conforme parecer atuarial as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício concedido

Em relação ao Plano Benefício Definido, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano Benefício Definido representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

	2014	2013
Plano Benefício Definido	Tábua de mortalidade AT-2000 suavizada em 10%. Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual- 4,75% a.a Nível de inflação anual 3% a.a Crescimento salarial- 0% a.a	Tábua de mortalidade AT-2000 masculina suavizada em 10% Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual-4,75% a.a Nível de inflação anual-3% a.a Crescimento salarial-0% a.a
Plano Vale Mais Subplano Benefício Proporcional	Tábua de mortalidade AT-83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios já concedidos	Tábua de mortalidade AT-1983 masculina Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual- 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios já concedidos
Subplano Risco	Tábua de mortalidade AT-83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a Rotatividade- 3% a.a. para os participantes até 47 anos Crescimento salarial- 3% a.a. para os participantes até 47 anos	Tábua de mortalidade AT-1983 Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a Rotatividade- 3% a.a. para os participantes até 47 anos Crescimento salarial- 3% a.a. para os participantes até 47 anos
Subplano Renda	Tábua de mortalidade AT-83 Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos	Tábua de mortalidade AT-1983 Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos
Plano Valiaprev		
Subplano Risco	Tábua de mortalidade AT-83 Tábua de entrada em invalidez – Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual 5,5% a.a	Tábua de mortalidade AT-1983 Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual 5,5% a.a
Subplano Renda	Tábua de mortalidade AT-83 Taxa de juros anual- 5,5% a.a	Tábua de mortalidade AT-1983 Taxa de juros anual 5,5% a.a
Plano Cenibra	Tábua de mortalidade AT-83, desagravada em 10 anos Taxa de juros anual 5,45% a.a	Tábua de mortalidade AT-1983, masculina, desagravada em 10 anos Taxa de juros anual- 5,5% a.a
Plano Vale Fertilizantes	Tábua de mortalidade AT-2000 Taxa de juros anual- 4,9 % a.a	- -

O impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais consolidadas estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Provisões a Constituir	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.563.883	2.547.210	-	11.111.093
Apropriação ao resultado	816.316	268.162	-	1.084.478
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.380.199	2.815.372	-	12.195.571
Apropriação ao resultado	639.967	564.296	(858)	1.203.405
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.020.166	3.379.668	(858)	13.398.976

14.1 Taxa de juros

Plano benefício definido

Devido à sustentação da inflação acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, aos ajustes esperados na política fiscal e na economia e à expectativa de aumento de juros nos EUA, é esperado pelo mercado a continuidade do movimento de elevação das taxas de juros domésticas em 2015.

A carteira de investimentos do Plano de Benefício Definido conta com ativos indexados à inflação nos segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Operações com Participantes, com taxas de retorno reais superiores a 4,75% a.a., em montante que supera o valor presente dos benefícios futuros.

Com base nesta perspectiva macroeconômica e nos estudos de ALM (*Assets Liabilities Management*) elaborados pela Mercer Consultoria, na composição

da carteira de investimentos do Plano e em uma política de investimentos que engloba os segmentos de renda variável e alternativos, torna-se provável o atingimento de uma taxa de retorno de 4,75% a.a. no horizonte de prazo dos estudos de ALM. No exercício anterior adotou-se a mesma taxa de juros de 4,75% a.a.

15. Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo Previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2014 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Superávit - 2012, além dos Fundos Valesul, Albrás, Alunorte e FCA, todos previstos nas notas técnicas atuarias dos planos de benefícios, conforme quadro a seguir:

	2014	2013
Abono complementação		
Outros - previsto em nota técnica atuarial	97.495	97.495
FDSA (*)	97.495	97.495
Benefício definido		
Revisão do plano	342.626	1.139.159
Distribuição de superávit	-	476.006
Distribuição de superávit - 2012	342.626	663.153
Cenibra		
Outros - previsto em nota técnica atuarial	2.796	5.537
FDSA (*)	2.796	5.537
Vale Mais		
Outros - previsto em nota técnica atuarial	260.507	220.223
FDSA (*)	260.507	220.223
Vale Fertilizantes		
Outros - previsto em nota técnica atuarial	41	-
FDSA (*)	41	-
Valiaprev		
Outros - previsto em nota técnica atuarial	30.237	26.519
FDSA (*)	15.293	11.105
Fundo Valesul	3.145	2.838
Fundo Albrás	11.722	12.507
Fundo FCA Risco	77	69

(*) Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses.

Fundo Administrativo - A constituição ou reversão do Fundo da gestão Administrativa se dá pela apuração das receitas provenientes da Gestão Previdencial, Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa, deduzidas as despesas administrativas e contingências administrativas. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo deste fundo é de R\$ 279.165 (R\$ 244.921 - em 2013).

O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente. Em 2014, mediante a avaliação da rentabilidade anual da carteira, necessidade de manutenção do fundo e a perspectiva futura de inadimplência com base no cenário da política de investimentos foi revertido parte do saldo deste fundo. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo deste fundo é de R\$ 500 (R\$ 1.000 - em 2013).

Fundo de Investimento - É constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos).

As mutações dos fundos estão demonstradas como segue:

	Fundos Previdenciais	Fundo Administrativo	Fundo Investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.509.368	209.766	17.651	2.736.785
Formação/ Reversão de fundos	(1.020.435)	35.155	(16.651)	(1.001.931)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.488.933	244.921	1.000	1.734.854
Formação/ Reversão de fundos	(755.231)	34.244	(500)	(721.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>733.702</u>	<u>279.165</u>	<u>500</u>	<u>1.013.367</u>

16. Distribuição de Superávit

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Critério este que perdura condicionado a existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Em novembro de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 897, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/11/2010, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição à Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit, o pagamento de um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de

2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Estes critérios são condicionados a existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

A PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 77, publicada no DOU de 15/02/2012, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", para o ano de 2012 um abono, pago extraordinariamente em março (30 dias a partir de sua aprovação), e outro abono pago em junho de 2012, ambos correspondentes a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Para o ano de 2013 em diante, no mês de junho de cada ano, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, seria efetuado o pagamento de um abono correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, em caráter

definitivo, a alteração regulamentar para antecipar para janeiro de cada ano a data de pagamento do Abono do Superávit do Plano de Benefício Definido através de portaria publicada em 20 de dezembro de 2012, no DOU.

Em 2014, o abono de distribuição de superávit, correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, foi pago no mês de janeiro. Os pagamentos mensais de 25% foram mantidos, da mesma forma que como definidos desde 2007, ambos até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

Considerando que o superávit do plano Benefício Definido ultrapassa 25% das provisões matemáticas, foi constituída a reserva especial para revisão do plano pelo 3º ano consecutivo, já considerando as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 com juros de 5% a.a.) previstas na Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008. Ainda de acordo com a Resolução, a revisão do plano de benefícios é obrigatória. O Conselho Deliberativo decidiu transferir os recursos da reserva especial para um novo fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012 e encomendou a realização de estudo específico para determinação da distribuição e destinação desse novo superávit no exercício de 2013.

Em dezembro de 2013, com base na Resolução CNPC nº10, de 19 de dezembro de 2012, que alterou a Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, foram alteradas as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 suavizada em 10% com juros de 4,75% a.a.) e apurado novo superávit do plano Benefício Definido, que ultrapassa 25% das provisões matemáticas e foi revisto o valor da reserva especial para revisão

do plano (fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012).

Na reunião de 18 de setembro de 2013 o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento para contemplar a nova distribuição de superávit:

- “Superávit 1”: antecipar o seu pagamento de modo a extinguir o Fundo de Distribuição de Superávit, que vinha sendo distribuído sob a forma de parcela mensal (“distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)”) e de abono anual.
- “Superávit 2”: Iniciar a distribuição dos valores registrados no Fundo de Distribuição de Superávit 2012, através do pagamento mensal do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia.

A alteração regulamentar foi aprovada pela Portaria nº 9, de 25/02/2014, publicada no DOU de 26/02/2014, sendo extinto o Fundo de “Superávit 1” no pagamento da FOPAG de março/2014.

Os valores pagos a título de distribuição de superávit são registrados no grupo “Outras deduções” na Gestão Previdencial.

17. Eventos subsequentes

Em 7 de janeiro de 2015 foi publicado no D.O.U. a autorização da retirada de patrocínio da VALE FLORESTA S.A. do Plano Vale Mais.

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, bem como a Instrução PREVIC nº19 de

04 de fevereiro de 2015, a partir do exercício subsequente a estas demonstrações contábeis, será necessário divulgar o Equilíbrio Técnico Ajustado, ajuste este resultante da diferença negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil destes mesmos títulos.

18. Outros assuntos

Conforme previsto no respectivo Termo de Transferência de Gerenciamento do Plano Vale Fertilizantes administrado pela Bungeprev – Fundo Múltiplo de Previdência Privada para a Valia o processo de transferência foi concluído em 05 de março de 2014, dentro do prazo estabelecido. Tal conclusão foi devidamente informada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O plano passou a ser gerenciado pela Valia a partir de tal data. Por este motivo, nas Demonstrações Contábeis deste plano, não são informados os valores de 2013.

Nas demonstrações contábeis do exercício de 2014, na rubrica “Operações Transitórias” temos os valores da referida transferência: R\$ 33.511 na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, R\$ 33.507 na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Vale Fertilizantes e R\$ 2 na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa. Todos estes valores referem-se a posição recebida na transferência de gerenciamento. Os valores de fechamento anual estão expressos nas respectivas demonstrações.

A patrocinadora PSC Terminais Intermodais Ltda. teve sua retirada do plano Vale Mais aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2013 e está com o processo de retirada em andamento junto   PREVIC.

A Aposvale teve sua adesão como patrocinador do Plano Valiaprev aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2013 e está com o processo de adesão em andamento junto   PREVIC.

As empresas Aliança Norte Energia e Participações S.A, Aliança Geração de Energia e Vale Energia tiveram sua adesão como patrocinadoras aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2014 e estão com o processo de adesão em andamento junto   PREVIC.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Mauricio da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
CPF: 001.911.777-92

Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
CPF: 860.851.237-87

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

CENÁRIO MACROECONÔMICO

No ano de 2014, os principais temas relacionados ao exterior foram o baixo crescimento na Zona do Euro, a retomada do nível de atividade nos EUA e a desaceleração na China. A Zona do Euro apresentou lento crescimento aliado a uma inflação que se manteve em patamar reduzido. Para estimular a economia, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros e iniciou um programa de compra de títulos. O desemprego apresentou uma leve queda no primeiro semestre, mas estabilizou em 11,5%.

Nos EUA, a recuperação é consistente com redução do índice de desemprego e crescimento do PIB. O Banco Central encerrou a compra de títulos, entretanto o baixo nível da inflação continua a preocupar. Desta forma, o mercado aguarda a decisão de aumento da taxa básica de juros com a melhora dos indicadores de atividade, desemprego e inflação.

A China apresentou indicadores econômicos voláteis e em desaceleração. O governo adotou incentivos direcionados, como expansão do crédito em certos setores da economia, para manter o crescimento da economia próximo à meta de 7,5%.

Em relação à economia brasileira, as expectativas apontam para um crescimento limitado no ano de 2014 pelo resultado mais fraco da atividade e a deterioração da confiança dos agentes econômicos. A projeção para o PIB do ano de 2014, segundo a Consultoria Tendências, é de -0,1%. A inflação,

medida pelo IPCA, acelerou neste último ano, registrando alta de 6,40%. O Banco Central ao longo do ano elevou a taxa básica de juros, a SELIC encerrou o ano a 11,75%.

Ainda que o cenário econômico desafiador tenha provocado alta volatilidade no mercado financeiro em 2014, a Fundação adotou medidas para minimizar os impactos na sua carteira, reduzindo a participação em ativos que mais sofreram com as grandes oscilações e, consequentemente, aumentando a previsibilidade dos retornos.

Plano de Benefício Definido (BD)

Diante deste cenário desafiador, o plano BD acumulou até dezembro de 2014 um retorno de 9,85% contra uma meta atuarial medida pelo INPC + 4,75% a.a. de 11,27%. Os segmentos de Renda Fixa e operações com participante ficaram acima da meta com retorno acumulado de, respectivamente, 14,38% e 12,58%. Já o segmento de Renda Variável apresentou um retorno negativo de 3,84% e o segmento de Imóveis obteve um retorno de 11,26%. O segmento de Investimentos Estruturados, que engloba os fundos de participações e imobiliários, apresentou rendimento de -2,97%, condizente com o período inicial de aporte, uma vez que os expressivos ganhos esperados para este mercado concretizam-se no longo prazo, após o período de maturação dos fundos.

Plano BD - Segmentos	Rent líquida	Rent Bruta	Índice de Referência	Rent.
RENDA FIXA	14,38%	14,40%	INPC + 4,75% a.a.	11,27%
RENDA VARIÁVEL	-3,84%	-3,44%	Ibovespa	-2,91%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-2,97%	-2,97%	INPC + 4,75% a.a.	11,27%
IMÓVEIS	11,26%	11,83%	INPC + 4,75% a.a.	11,27%
OPERACÕES COM PARTICIPANTES	12,58%	12,58%	INPC + 4,75% a.a.	11,27%

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

Despesas de investimentos	Despesas de investimentos	Gestão terceirizada	Total
Taxa de Administração dos Fundos	Taxa de Administração dos Fundos	4.950.719	5.263.789
Custódia	Custódia	209.794	733.511
Controladoria	Controladoria	46.834	69.323
Taxa de Gestão dos Fundos	Taxa de Gestão dos Fundos	6.935.676	6.935.676
Taxa de Fiscalização - CVM	Taxa de Fiscalização - CVM	288.000	545.160
Selic	Selic	47.562	370.517
Cetip	Cetip	167.152	765.373
Cblc	Cblc	21.658	68.766
AMBIMA	AMBIMA	39.596	74.403
Auditoria - Fundos	Auditoria - Fundos	65.342	93.180
Cartório - Fundos	Cartório - Fundos	1.508	2.355
Corretagens	Corretagens	1.211.640	2.633.852
Emolumentos	Emolumentos	426.826	972.138

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

1. Introdução

O presente documento visa estabelecer as diretrizes de investimento plurianual que a Valia adotará com foco para o ano de 2014, revisando as premissas adotadas nos cenários de médio e longo prazo da Fundação. Essas diretrizes têm por referência o cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo (horizonte de 10 anos) e estudos de ALM – Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos).

A Valia administra quatro planos de benefícios, o Abono complementação¹ e ainda o plano de gestão administrativa (PGA). A Fundação possui 50 patrocinadores e conta com mais de 112 mil participantes (até setembro de 2013), entre ativos e assistidos. As diretrizes e as estratégias para a alocação dos recursos no longo prazo objetivam o equilíbrio econômico-financeiro entre seu ativo e passivo atuarial e o atingimento de suas metas.

A Valia está entre as seis maiores fundações brasileiras² e os investimentos da entidade estão distribuídos pelos diversos setores da economia brasileira, com capital total investido de cerca de R\$ 16 bilhões (posição de setembro de 2013). Desta forma, conscientes do papel na geração de valor aos seus participantes e na capacidade de influenciar positivamente as empresas a cada vez mais integrar temas ambientais, sociais e de governança na tomada de suas decisões de investimentos, garantindo assim os retornos de longo-prazo dos investimentos, em março de 2007 a Valia aderiu de forma voluntária ao PRI - Princípios para o Investimento Responsável da ONU. Com isso, suas ações, práticas e relações passaram a ser norteadas por um conjunto de normas e princípios que garantam que o cumprimento de sua missão institucional seja pautado pelo respeito aos valores sociais, ambientais e à governança corporativa.

O PRI contém princípios que incluem critérios ambientais, sociais e de governança (ESG - *Environmental Social and Corporate Governance*) nas tomadas de decisão em investimentos. Esses princípios foram desenvolvidos pelos 20 principais investidores institucionais do mundo, tendo sido o projeto supervisionado pela Iniciativa Financeira do Programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Pacto Global das Nações Unidas.

Os signatários dos princípios se comprometem com seis regras de conduta, como segue:

- (i) incorporar os princípios ambientais, sociais e de governança corporativa nas análises de investimento;
- (ii) agir como acionistas ativos e exercer direitos de voto e outros considerando as questões ambientais, sociais e de governança corporativa;
- (iii) buscar transparência adequada nas instituições das quais sejam acionistas;
- (iv) promover a aceitação e implementação do PRI junto à indústria de investimento;
- (v) trabalhar juntos para ampliar a efetividade da implementação dos princípios; e
- (vi) trocar informações acerca da implementação dos princípios e de seu progresso.

Cada um dos itens mencionados é dividido em vários subitens, cujas características básicas estão relacionadas com transparência, efetividade e consideração das questões ambientais e sociais.

Acreditamos que empresas que adotem os princípios ESG em sua gestão potencializam investimentos, oferecendo mais segurança ao investidor no médio e longo prazo, e possuem mais chance de permanecerem produtivas pelas próximas décadas. Essas empresas provavelmente sofrerão menos passivos judiciais, com ações ambientais, trabalhistas e sociais.

Essa iniciativa da Valia vai ao encontro das ações desenvolvidas por sua maior patrocinadora - Vale S.A. - que seguindo uma tendência corporativa global, produz seu relatório de sustentabilidade conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Com isso, a Vale passou a incorporar em seus negócios os conceitos e práticas de sustentabilidade, de proteção e recuperação do ecossistema, com constante estímulo a pesquisas e novas descobertas científicas nas regiões onde atua.

¹ Da patrocinadora Vale S.A..

² Classificação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) considerando o total dos investimentos.

Fonte: Consolidado Estatístico da ABRAPP de Junho/2013.

2. Premissas Macroeconômicas

Economia Brasileira:

A dinâmica de recuperação da economia brasileira permanece cercada de incertezas e as expectativas são de baixo crescimento em 2013. A recuperação da economia internacional, mesmo que lenta, suporta o atual ritmo de crescimento do PIB local, fazendo com que o nível de atividade se mantenha estável em 2014. A produção industrial está estagnada, enquanto a política econômica foca no estímulo ao consumo, gerando desequilíbrio na economia, o qual também é refletido pelo aumento do déficit externo e pela inflação persistentemente alta. Esse aumento da inflação também levou o Banco Central a elevar a taxa básica de juros da economia, a Selic. O BC fez sucessivos aumentos

na taxa, que saiu de 7,25% em abril, fechando o ano em 10%.

Para 2014, as projeções da Tendências Consultoria apontam para uma Selic em torno de 10,25%, o que ainda não deverá ser suficiente para convergir a inflação, que deve se sustentar em torno de 6%, para o centro da meta. A política fiscal também será um desafio para o próximo ano, e não deve cumprir integralmente o primário. O nível de atividade deverá ficar em linha com o desse ano, em torno de 2,1%. O câmbio tem projeção para 2,45 R\$/US\$ em 2014, muito influenciado pelas expectativas acerca do início da retirada dos estímulos nos EUA.

As principais premissas assumidas no cenário macroeconômico da Valia para o ano de 2014 são as seguintes:

VARIÁVEL	INDICADOR	PREVISÃO 2013	CENÁRIO 2014
Inflação	IGP-M	5,30%	5,90%
Inflação	IPCA	5,90%	6,00%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	8,20%	10,20%
Atividade Econômica	PIB	2,40%	2,14%
Câmbio	R\$/US\$ (Final de Período)	2,20	2,45
Bolsa de Valores	Ibovespa*	0,00%	15,00%

*Projeção Valia

Fonte: Tendências Relatório De Dez/2013.

Economia Internacional:

A economia global possui perspectiva de lenta recuperação nos próximos anos. Os Estados Unidos devem acelerar seu crescimento. Há projeção de aumento na produção industrial, com impacto positivo no PIB. O mercado de trabalho também segue sua reabilitação e se

aproxima de níveis históricos. No entanto, ainda há incertezas. O Banco Central Americano deve diminuir seu programa de compras mensais de títulos em 2014, porém a taxa básica de juros se mantém próxima a zero. É possível que ocorram impasses políticos no início do ano devido ao orçamento federal e ao teto da dívida, além da eleição em novembro. Na Zona do Euro, a

melhora dos indicadores econômicos indica uma lenta retomada de crescimento. Os maiores riscos situam-se nos bancos, que estão com balanços contábeis frágeis e crédito restrito, e nos altos déficits nacionais. O PIB deve subir esse ano pois, apesar dos gastos do governo continuarem restritos, é esperada recuperação do consumo e das exportações. Estima-se que o desemprego se mantenha elevado. Para a inflação, a projeção é que continue reprimida. Com base nesses dados, o Banco Central Europeu deve manter as taxas básicas de juros baixas. Para a China, a previsão é de uma desaceleração suave nos

próximos anos, porém permanecendo com uma das maiores taxas de crescimento do mundo. O país se prepara para uma série de reformas que devem ser realizadas nos próximos anos. Apesar de algumas terem impacto negativo no curto prazo, elas são fundamentais para garantir um desenvolvimento sustentável. O governo também deseja equilibrar o PIB do país, que é fortemente influenciado por investimentos, através do aumento do consumo. No entanto, essa mudança só deve se concretizar no longo prazo. Os riscos são o excesso de crédito e a grande oferta no mercado imobiliário.

3. Política de Investimentos 2014 - Macroalocação

Passivos realizados pela MERCER *Investment Consulting* para a Valia.

3.1. Plano de Benefício Definido (BD)

A proposta de alocação tem como fundamento estudos de ALM – Gerenciamento de Ativos e

Os investimentos do Plano de Benefício Definido apresentam a seguinte alocação:

Segmentos	% RGRT			Modalidades	%RGRT Limite
	Alvo	Inf	Sup		
Renda Fixa	63%	40,3%	80%	Títulos Públicos Federais	80%
				FIDC e FICFIDC	10%
				Notas Promissórias	5%
				CRI	10%
				Debêntures e Crédito de Inst. Financeiras	80%
Renda Variável	15%	10%	30%	Ações em Mercado (qualquer Nível)	30%
				Cotas de Fundos de Índices (Ações)	30%
				SPE	10%
				Outros	3%
Investimentos Estruturados	5%	3%	5,7%	Fundos de Participações	5,7%
				Fundos Imobiliários	5,7%
Investimentos no Exterior	5%	0%	10%	Fundos Off-shore	10%
				BDRs	10%
Imóveis	8%	5%	8%	Empreendimentos Imobiliários	8%
				Imóveis para Aluguel e Renda	8%
				Outros Imóveis	8%
Operações com Participantes	4%	2%	6%	Empréstimos a participantes e assistidos	6%
				Financiamento Imobiliário	1%

Os índices de referência por segmento, a meta atuarial do plano e as rentabilidades esperadas da alocação proposta para o ano de 2014 do

Plano Benefício Definido estão descritos, por segmento, no quadro abaixo:

		Rentabilidade Esperada	
		Índices de Referência	Plano Benefício Definido
Renda Fixa	INPC + 4,75% a.a.	10,83%	12,79%
Renda Variável	Ibovespa	15,00%	15,00%
Investimentos Estruturados	INPC + 4,75% a.a.	10,83%	10,83%
Investimentos no Exterior	INPC + 4,75% a.a.	10,83%	10,83%
Imóveis	INPC + 4,75% a.a.	10,83%	10,83%
Operações com Participantes	INPC + 4,75% a.a.	10,83%	10,83%
Plano Benefício Definido	INPC + 4,75% a.a.	10,83%	12,85%

A metodologia e critérios para avaliação dos riscos (de mercado, de crédito, liquidez, sistêmico, operacional e legal), a política de utilização de instrumentos derivativos e

a metodologia para apuração dos ativos financeiros para o Plano BD estão descritos nos itens 6, 4 e 5, respectivamente, deste documento.

3.1.1. BD - Renda Fixa

A alocação proposta para o segmento de Renda Fixa tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano. No segmento de Renda Fixa destaca-se a carteira para proteção, com os títulos indexados a IGP-M e IPCA. A participação desta carteira em setembro/2013 corresponde a aproximadamente 89% da Renda Fixa e 50% dos Recursos Garantidores de Reservas Técnicas (RGRT).

A grande participação de títulos indexados aos índices de inflação, adquiridos ao longo dos últimos anos com cupons elevados, garante um retorno esperado acima das taxas de mercado e acima da meta atuarial. Para o ano de 2014 propomos um limite de 70% dos RGRT para aplicação em títulos indexados à inflação. Quanto à posição de títulos pré-fixados, adotaremos o limite de 5% dos RGRT.

Os demais recursos alocados nesse segmento serão utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo da Fundação e ao aproveitamento das oportunidades de investimento para o próximo ano.

3.1.2. BD - Renda Variável

A alocação proposta para o segmento de Renda Variável tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano e a expectativa de valorização do índice Ibovespa. No segmento de Renda Variável concentram-se as ações mais líquidas negociadas em Bolsa de Valores e as apostas estratégicas da Fundação que seguem expectativa de valorização superior ao índice Ibovespa no longo prazo.

Neste contexto, a gestão no segmento é realizada através da alocação nas Carteiras Institucional, Estratégica, de Fundos Terceirizados e Giro. A Carteira Institucional possui gestão ativa própria, com rebalanceamentos periódicos e o objetivo de superar a rentabilidade de índices de bolsas de valores. A Carteira Estratégica inclui as posições de longo prazo com participação representativa no capital da companhia ou na carteira do Plano, podendo indicar ou não membros para os Conselhos de Administração e/ou Fiscal. A Carteira de Fundos Terceirizados subdivide-se em Fundos Ativos tradicionais e Fundos de Valor. Os Fundos Ativos tradicionais têm como meta obter uma rentabilidade de pelo menos 3% acima de

índices de bolsas de valores. Já os Fundos de Valor têm uma gestão menos correlacionada com estes índices, tendo como objetivo investir em ações de empresas de médio porte, com negócios rentáveis e que tenham maior potencial de retorno, no longo prazo, que outras empresas do mercado acionário. Em geral, suas carteiras são compostas por ações que não fazem parte dos principais índices de bolsa e, consequentemente, os retornos podem ser bem distintos daqueles apresentados por esses índices. Os gestores desses fundos foram selecionados através de um criterioso processo de seleção conduzido pela Fundação e possuem um histórico comprovado de bons resultados. Eventuais oportunidades identificadas através de análise técnica podem ser alocadas na Carteira de Giro. Essa análise é uma ferramenta utilizada para o estudo do movimento de preço das ações individualmente e dos mercados de Renda Variável, com base na oferta e procura destes ativos financeiros com o objetivo de lucrar através da identificação dos melhores pontos possíveis de entrada e saída em negociações de compra e venda dos mesmos.

Vale ressaltar que poderão ocorrer realocações táticas ao longo do ano, em função das condições de mercado, levando a aumentos ou reduções do percentual do segmento de Renda Variável dentro dos limites estabelecidos nesta Política. E ainda, podemos estudar a possibilidade de realizar operações de coinvestimento que participam da modalidade sociedade de propósito específico (SPE) do segmento de Renda Variável.

Desde 2006, a Valia realiza operações de aluguel de algumas de suas ações visando aumentar o retorno do segmento de renda variável. Como a carteira de ações da Valia é de longo prazo, estas operações permitem que a Fundação realize, através do Serviço de Empréstimos de Títulos da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), o aluguel de suas ações para

terceiros (escolhidos trimestralmente) mediante pagamento de uma taxa (base anual) acordada entre as partes. A CBLC fica responsável pela liquidação das operações, conciliação de posições e manutenção de garantias, mitigando os riscos de contraparte. Ela assume o papel de Banco de Títulos, assegurando aos proprietários a devolução dos mesmos nas condições pactuadas, inexistindo qualquer vínculo entre os tomadores e os doadores dos ativos em empréstimo.

Para 2014, manteremos nossa estratégia de aumentar o número de operações de aluguel de ações, porém sempre estabelecendo uma análise criteriosa dos papéis a serem disponibilizados para aluguel.

3.1.3. BD - Investimentos Estruturados

Dentre os investimentos que compõem esse segmento podemos destacar: 1) Fundos de *Venture Capital*³; 2) Fundos *Mezaninos*⁴; 3) Fundos de *Private Equity*⁵; 4) Fundos Multimercado Abertos e 5) Fundos Imobiliários (FIs).

A Valia iniciou em 2007 um novo programa de investimento nesta classe de ativos. O objetivo é diversificar a carteira deste Plano e elevar o retorno de longo prazo diante do cenário de crescimento da economia brasileira. Acreditamos que a queda da taxa de juros de longo prazo e as oportunidades geradas pelo crescimento econômico para as empresas brasileiras contribuirão para o resultado positivo desta classe de ativos. Buscamos ao longo desses anos gestores com experiência (*track record*), com capacidade de originar negócios, agregar valor na gestão das empresas, bem como implementar boas práticas de governança nas empresas investidas e em seus próprios fundos. O foco mantém-se em Fundos Multisetoriais.

Abaixo, temos um quadro resumo dos fundos Mezaninos e de *Private Equity* do plano BD em setembro/2013:

#	Fundo	Gestor/Administrador
1	2B CAPITAL FIP	BES/Citibank
2	Brasil de Governança Corporativa	Bozano Investimentos*/BEM DTVM
3	Brasil de Internacionalização de Empresas	Carlyle/Banco Santander
4	Brasil Mezanino de Infraestrutura	Darby/Stratus
5	Brasil Petróleo 1	Mantiq/Mellon
6	Brasil Sustentabilidade	BRZ/BEM DTVM
7	BRZ ALL FIP	BRZ/BEM DTVM
8	BNY FIP	Mellon/Mellon
9	CRP VII FIP	CRP/CRP
10	FIP Portos	BRZ/Banco do Brasil
11	FIP FS	Carlyle/Banco Santander
12	FIP Sondas	Caixa Econômica/Caixa Econômica
13	Investidores Institucionais III**	Angra Partners/Banco Santander
14	Infra Brasil	Banco Santander/Banco Santander
15	Kinea	Kinea Investimentos Ltda/Citibank DTVM
16	Neo Capital Mezanino	Neo/Intrag

*Originalmente a Br Investimentos

**Originalmente Governança e Gestão II

3 Os Fundos de Venture Capital objetivam o funding para empresas que estão em estágio inicial de desenvolvimento, seja em novos empreendimentos, novos produtos ou serviços, entre outros.

4 Os Fundos Mezaninos possuem uma estrutura que visa à capitalização de empresas, geralmente de pequeno e médio porte, através da emissão de título de dívida cuja rentabilidade contempla uma remuneração adicional com base na receita da companhia (kick off) ou o direito de conversão de bônus de subscrição em evento de liquidez. Trata-se de um interessante mecanismo de acesso a capitais por parte de pequenas/médias empresas.

5 Os Fundos Private Equity são utilizados como veículos para a aquisição de um percentual do capital de uma determinada Companhia, de forma que o Fundo passe a ter influência na definição da política estratégica e da gestão da empresa investida, por meio da participação em Conselhos e da implementação de uma política de governança corporativa.

Atualmente o Plano BD tem alocado nesse segmento, entre compromissos de aporte e valores já aportados cerca de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 414 milhões, respectivamente.

Com a entrada em vigor da Resolução 3.792, houve o deslocamento do Fundo Imobiliário para o segmento de Investimentos Estruturados, sendo que esta modalidade de fundo terá foco secundário de investimento no segmento, com possibilidade de prospecção de fundos com empreendimentos em desenvolvimento voltados ao segmento comercial e/ou industrial.

Em função dos limites de alocação deste plano mencionados acima, as avaliações de novos Fundos de Investimento em Participação (FIPs) para 2014 ficarão restritas às propostas que já estão sob análise atual (DGF FIPAC 2, FBIE II e CD Brasil), à avaliação pontual de FIPs Imobiliários e/ou de Fundos de Investimentos Imobiliários, bem como às possíveis oportunidades de co-investimentos originadas pelos FIPs da carteira de *Private Equity*.

3.1.4. BD - Investimentos no Exterior

A globalização econômica e financeira transformou o cenário de investimentos. Os investidores institucionais ao redor do mundo transformaram sua alocação local em global passando a ter amplo acesso a uma diversidade de estratégias e produtos na busca de uma melhor relação em termos de retorno/risco para seus planos. Esta nova diretriz procura minimizar os efeitos de crises e ciclos, e em observância ao princípio financeiro de diversificação, a alocação de recursos concentrada em um único mercado pode apresentar uma maior volatilidade quando comparada a uma carteira dispersa geograficamente. Isto porque o investidor fica restrito ao potencial de capitalização do mercado local. Ao expandir seu horizonte para outros mercados, amplia de forma significativa o número de empresas e opções de investimento, em termos de estratégias e estilos, propiciando novas fontes de geração de retorno.

Em Fev/2013 a VALIA criou uma gerência voltada para viabilizar o segmento "Investimentos no Exterior", cujo limite definido pela Resolução BACEN 3.792 é fixado em 10% dos RGRT. O objetivo é tornar os seus processos aptos a operar globalmente a partir da identificação dos requisitos necessários em termos de análise de cenário, provedores de informação, gerenciamento de risco, seleção de gestores, legislação e sistemas de informação.

A definição das classes de ativos ocorreu a partir da revisão do *Asset Liability Management* – ALM, incluindo a fronteira global no estudo e identificando aquelas classes que poderão trazer ganhos de diversificação e retorno.

Apresentamos a seguir as estratégias que poderão ser implementadas:

Renda Variável

- **Alocação Estratégica:** investimento em fundos de ações de mercados emergentes exceto Brasil, embasado em seu histórico de retorno consolidado dos últimos dez anos e sua perspectiva futura de crescimento. Apesar de sua correlação positiva com nossa carteira de renda variável doméstica, foi identificado no estudo de ALM que a alocação nestes mercados traz benefícios ao portfólio total sob a ótica do índice retorno/risco. A maior volatilidade

destes mercados e a necessidade de melhor entendimento de sua dinâmica requerem uma análise mais detalhada quanto ao tipo de gestão, estilo, estratégia e *benchmark* visando futuras alocações.

- **Alocação Tática:** investimento em fundos de ações de mercados desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão, Canadá e França, dentre outros), pois apesar do menor retorno no horizonte de tempo considerado, apresentam menor volatilidade e tendo em vista um cenário econômico otimista em termos de sua recuperação, podemos aproveitar oportunidades de mercado capturando ganhos em ciclos de alta. Analogamente, ainda será objeto de análise o tipo de gestão, estilo, estratégia, bem como *benchmark* conforme o cenário e período de investimento.

Private Equity

O investimento nesta classe de ativo privilegiará estratégias complementares àquelas disponíveis no Brasil. Serão objeto de análise preferencialmente fundos direcionados para "*Buy-Out*" e "*Growth*" nos EUA, Reino Unido e Norte da Europa. Esta opção propicia acesso a um universo de gestores, setores e empresas diverso àquele disponível no mercado nacional, bem como exposição a novas fontes de geração de retorno, além da redução do risco total do portfólio em virtude da baixa correlação com os ativos locais.

Outra decisão importante sob o ponto de vista de investir em mercados fora do Brasil reside no tratamento a ser dado às flutuações do Real em relação as demais moedas (Dólar, Euro). Ao considerar "Moeda" como uma classe de ativo no portfólio, apresenta-se mais uma possível fonte de retorno e diversificação. Serão analisadas estratégias de *carrego* (do inglês *Carry*), que exploram o diferencial de juros entre duas moedas. Outra possibilidade é não contratar proteção cambial, ficando exposto a oscilação.

3.1.5. BD – Imóveis

A alocação em ativos imobiliários definida para este plano atenderá às diretrizes constantes da Resolução 3.792 do CMN. A alocação neste segmento busca, dentre outros objetivos, proporcionar diversificação, aproveitar as boas perspectivas desta classe de ativos no médio prazo e ser proteção contra a inflação.

Contudo, os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) e Fundos de Investimentos em Participações (FIP's) alocados no segmento de Investimentos Estruturados, assim como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) e os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC's) os quais estão alocados em Renda Fixa, que apresentarem lastro imobiliário, serão considerados na Carteira Imobiliária para efeito de acompanhamento gerencial e gestão de portfólio.

Dentre os projetos que poderão ser prospectados para atingirmos a meta de alocação deste plano, estão incluídas aquisições de terrenos destinados, única e exclusivamente à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio, em linha com o estipulado na Resolução 3792 - Capítulo XI - artigo 53- item XIV.

6 Para o cálculo da rentabilidade não serão considerados os imóveis em fase de desenvolvimento.

7 Entende-se por empreendimento performedo àquele que após construção tenha: (i) a totalidade de suas unidades autônomas locadas; ou (ii) àquele que possua dois anos de HABITE-SE e emissão do Termo de Aceitação da Obra. Para tal classificação será considerado o evento que ocorrer primeiro dentre estes dois.

8 Melhoria no imóvel que resulta em elevação do patamar construtivo.

9 Compõem a carteira consolidada todos os empreendimentos sejam eles performedos ou não performedos.

Vale ressaltar que os principais mercados imobiliários do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, fecharam o 2º trimestre de 2013 com taxa de vacância de 9,0% e 6,6% respectivamente, o que já demonstra uma tendência de alta. Tais percentuais são superiores às taxas apresentadas nos últimos anos e tem como origem a elevação do novo estoque efetivamente entregue nas duas cidades. Considerando a previsão de

Todos os produtos de base imobiliária que serão prospectados ou ofertados à Fundação, serão objeto de análise desde que atendam a requisitos de garantias adequadas ao risco e rentabilidade⁶.

Oportunidades de desinvestimentos envolvendo ativos da Carteira que se encontram performedos⁷, com idade avançada e necessidade de *retrofits*⁸ poderão ser efetivadas.

A meta quanto à vacância da Carteira Consolidada⁹ é alcançarmos patamares inferiores a 10% considerando que esta vacância é, na prática, adotada como patamar saudável de mercado. Individualmente os empreendimentos *Rio Office Tower* e *Continental Tower* deverão alcançar vacância de 10%.

entrega até o final de 2013 além do previsto para o início de 2014 o mercado tem como expectativa a elevação das taxas de vacância. Este cenário acabou por reduzir a pressão sobre a alta de preços de compra/venda e locação, principalmente este último, observando-se uma estabilização de preços e até redução dos mesmos visando tornar o ativo mais competitivo perante a concorrência.

Vacância (%)										Tendência
Mercados	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13
RJ	3,0%	3,0%	3,1%	4,1%	4,4%	3,5%	2,8%	2,6%	2,6%	6,6%
SP	3,8%	4,2%	3,1%	3,6%	4,0%	4,8%	6,3%	6,1%	6,1%	9,0%

Fonte: Relatório Market View do 1T/2T/3T/4T de 2011, 1T/2T/3T/4T de 2012 e 1T/2T de 2013 da CB Richard Ellis.

Quanto à política de gestão, ficam mantidos os procedimentos atuais, onde buscamos a obtenção ou permanência de *quorum* qualificado nos empreendimentos, junto com outras Fundações, de modo a permitir uma gestão pró-ativa, com participação em Conselhos e Comitês, objetivando diluir os riscos envolvidos na operação.

A segregação contábil entre os Planos será realizada de forma percentual objetivando uma gestão igualitária dos ativos e um melhor balanceamento da rentabilidade entre Planos.

Como signatários do PRI, a tomada de decisão em investimentos imobiliários incluem critérios de sustentabilidade na prospecção dos mesmos.

3.1.6.BD - Operações com Participantes

Operacionalmente, o ano de 2013 foi caracterizado pela continuidade das implementações do sistema informatizado de empréstimos (Projeto SAE) que visa a automatização, controle e rastreabilidade nos processos de concessão e manutenção de contratos, bem como, fechamento contábil da carteira. A área de cobrança ativa, implementada em 2012, vem em processo de consolidação de seus resultados e as suas atividades, tais como, a análise de cobrança pautada por perfil do mutuário e *aging* (antiguidade da dívida) dos contratos inadimplentes.

O empréstimo aos participantes e assistidos apresenta taxas atrativas quando comparadas às oferecidas pelo mercado, enquanto que para a Valia, trata-se de uma modalidade de investimento com rentabilidade histórica acima da meta atuarial e que atua como proteção do passivo deste plano. A rentabilidade nominal da carteira de empréstimos atingiu o patamar de 8,00% até setembro/2013. Foram mantidas ao longo de 2013, as taxas de empréstimos definidas em agosto de 2012, quando foi reduzida na observância ao princípio de oferecer as melhores condições aos nossos participantes dentro do cenário econômico observado.

Adicionalmente, a Valia manteve o fundo de auto-seguro constituído em 2009, com aportes mensais oriundos de percentual da taxa de empréstimos previsto para essa finalidade, visando fazer face a eventos incertos ou que independam de atos sob a gestão da Valia, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de empréstimos.

4. Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado. Além disso, poderão ser utilizados instrumentos derivativos para assumir posições direcionais em Renda Fixa. A avaliação prévia dos riscos de operações com derivativos será realizada com o entendimento prévio dos aspectos de apuração das operações, necessidade de pagamento de ajustes e chamadas de margem de

garantia, avaliação do risco de crédito eventual das contrapartes e com a simulação do risco das operações, utilizando as ferramentas de VaR e testes de stress. Na utilização de derivativos serão observados os limites e condições abaixo:

(i) O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

(ii) O valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gerem alavancagem ao fundo e desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados e, ainda, se comprometa em regulamentar em prestar informações periódicas sobre essas operações, incluindo a descrição da estratégia de alocação, o resultado das operações, dentre outras.

5. Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para Apuração dos Ativos Financeiros

5.1. Apuração de Ativos do Segmento de Renda Fixa

Dentre os processos elaborados e seguidos pela Valia está o de apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros de renda fixa. Existe uma Instrução que descreve o procedimento a ser adotado quando da negociação de um ativo de Renda Fixa no mercado de balcão de forma a manter aderentes ao mercado os preços negociados pela Valia. São consultadas algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, COMPARE-Anbima, Bloomberg e CETIP-Net. A intenção é assegurar, no mínimo, que os preços apurados são consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que por ventura isso não seja possível a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente.

Em caso de problemas nas fontes supracitadas utilizaremos forma complementar, qual seja a consulta telefônica gravada a pelo menos 3 (três) instituições para que se forme o intervalo referencial de compra ou venda como caso anterior.

O apreçamento dos investimentos do segmento de Renda Fixa da Valia é realizado pelo custodiante dos ativos, seguindo práticas de mercado, manuais de apreçamento e dispositivos legais.

5.2. Apreçamento de Ativos do Segmento de Renda Variável e BDRs

Em relação à estratégia de formação de preço ótimo, no carregamento de posição, as ações que compõem a carteira Institucional I são compradas baseadas em análise *Top-Down*. Uma vez listados os setores da economia (ver Anexo 13.1) que serão foco principal de investimentos da Fundação, para o ano de 2014 através de Análise Setorial, é realizada a avaliação das empresas que participam desses setores. Através de análise fundamentalista, determina-se o preço justo de cada uma delas, utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado ou análise de múltiplos. Com isso temos o preço alvo para cada um dos papéis que estão em nossa carteira e, salvo por qualquer reavaliação do preço justo após incorporação de novas informações divulgadas sobre a empresa ou qualquer outra variável utilizada em nossas projeções, uma vez atingido o preço alvo, as ações são alienadas.

A análise de múltiplos é também uma das metodologias utilizadas para o cálculo do valor da empresa. Baseia-se na análise dos múltiplos mais adequados a cada empresa, fruto do estudo, em comparação às suas concorrentes. A partir desses verifica-se como as ações da companhia estão sendo negociadas no mercado frente às suas comparáveis. Adicionalmente, são avaliados alguns indicadores financeiros, de mercado, de endividamento e de liquidez de forma complementar.

Quanto à precificação de ações e outros títulos com referência a preços de ações negociadas em mercado organizado de bolsa ou balcão é utilizado o preço de fechamento de negociação do dia da apuração, ou quando não disponível, o último preço de negociação. A fonte primária utilizada é a BM&FBovespa.

Para a Carteira de Giro, é utilizada análise técnica, em que diversos índices reconhecidos pelo mercado são

levados em consideração para a decisão da alocação a ser realizada. Nesse sentido, são analisados índices como IFR (Índice de Força Relativa), OBV (*On Balance Volume*), média móvel de 200 dias, dentre outros.

Para a precificação de opções há duas metodologias. A primeira metodologia é a de Black & Scholes utilizada para opções européias. Para as opções americanas, onde o exercício da opção pode ocorrer antes da data de vencimento, a metodologia utilizada é o Modelo Binomial.

Para opções sobre ações líquidas, os modelos em questão só são utilizados na ausência de negociações regulares em mercado – caso contrário, é utilizado o preço da BM&FBovespa, que funciona como fonte primária de dados.

5.3. Apreçamento de Ativos do Segmento de Investimentos Estruturados

A metodologia de precificação dos ativos integrantes das carteiras dos Fundos de Participação (FIP's), nos quais a Valia detém participação, pode ser dividida em duas hipóteses:

- Ativos que possuam liquidez em Bolsa de Valores: o valor das Companhias Investidas é apurado com base no valor de mercado; e
- Ativos que não possuam liquidez em Bolsa de Valores: via de regra, o valor das Companhias Investidas toma por base os seguintes critérios: (i) custo de aquisição ou (ii) valor patrimonial.

É importante ressaltar que alguns Fundos prevêem em seus regulamentos outras metodologias de avaliação, a saber: (i) fluxo de caixa descontado; ou (ii) múltiplos de mercado ou de transações de empresas similares; ou (iii) valor econômico; ou (iv) pelo valor de transação relevante de participação da companhia investida; (v) preço de emissão em aumento de capital subsequente ao investimento.

É importante ressaltar que os critérios de precificação abordados acima estão em consonância com as Instruções CVM 391/03 (que trata da constituição, funcionamento e administração de FIP's), CVM 438/06 (que trata do plano contábil dos Fundos de Investimento) e CVM 305/99 (que trata das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento).

A precificação do Fundo Imobiliário se dá através do valor patrimonial da cota, calculado com base na legislação societária, o qual não reflete o real valor de mercado. Dentre outros fatores que contribuem para esta diferença temos o fato dos terrenos em estoque serem contabilizados pelo valor histórico até que se efetive a venda do terreno, momento em que ocorre a apropriação pelo valor de mercado.

5.4. Apreçamento de Ativos do Segmento de Investimentos no Exterior

O apreçamento dos ativos classificados como Investimento no Exterior dependerá da formatação do veículo local para a realização de investimentos em fundos de Renda Variável e *Private Equity*. Para tal, será necessário um melhor entendimento do arcabouço legal das jurisdições internacionais mais utilizadas e sua interface com a legislação brasileira.

5.5. Apreçamento de Ativos do Segmento de Imóveis

A precificação de todos os ativos imobiliários é realizada anualmente seguida dos devidos registros contábeis e semestralmente para balizamento dos valores de mercado sem a ocorrência do registro contábil. Adotamos como critério a contratação de empresas de avaliação imobiliária independente que não atuem no mercado como “*brokers*”. A metodologia de avaliação está vinculada ao tipo de imóvel podendo ser adotado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, o Método de Capitalização da Renda, o Método de Quantificação de Custo, dentre outros, desde que estejam alinhados com as diretrizes estabelecidas na NBR 14.653-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e preferencialmente tenham Grau de Fundamentação III, que indica a profundidade da pesquisa realizada e Grau de Precisão I ou II, que indica a amplitude do intervalo de confiança em relação à média. Os valores apresentados nos laudos de avaliação não se restringem apenas a compra e venda e vida útil remanescente do imóvel, são indicados também o valor para fins de contratação do seguro de incêndio do imóvel com a sua respectiva memória de cálculo e definidas faixas de valores de locação para balizamento da gestão dos contratos de locação, em suas revisões, renovatórias e comercialização de áreas vagas. Objetivando a adequada contabilização, os valores de mercado indicativos dos laudos são apresentados de forma segregada entre terreno e benfeitoria.

5.6. Apreçamento de Ativos do Segmento de Operações com Participantes

A metodologia de precificação do segmento Operações com Participantes adotada pela Valia é a soma do saldo devedor de todos os contratos de empréstimos/ financiamentos realizados com seus participantes, atualizados pelas suas respectivas taxas contratuais, corrigidos monetariamente pelo INPC.

6. Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

6.1. Modelo de Risco

A Valia conta com um modelo de gestão de riscos, baseado em três níveis:

- Definição de Políticas;
- Gestão; e
- Controle.

A definição de políticas de gestão de risco é realizada *ex-ante*, e incorpora a determinação de como serão mensurados e controlados os riscos aos quais estão expostos os investimentos da Valia. Os riscos aos quais a Valia está exposta incluem o risco sistêmico e os riscos de mercado, crédito, de liquidez, operacionais e legais.

O processo de investimento da Valia é baseado em processos documentados, que incluem manuais e procedimentos, e em decisão colegiada, com políticas de alçada para cada nível de tomada de decisão. Estes níveis incluem o Conselho Deliberativo da Valia, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Gerências. Adicionalmente, são prestadas contas ao Conselho Fiscal da Valia, trimestralmente.

O processo de investimento fundamenta-se nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, que conta com o auxílio técnico de Estudos de ALM e das projeções de cenários macro-econômicos de longo prazo elaborados por consultorias especializadas. Este processo é consolidado na revisão anual desta Política de Investimentos.

No processo de gestão de carteiras, a Valia conta com sistemas e relatórios de apoio à tomada de decisão, onde é possível realizar simulações de exposição a riscos e otimização de carteiras. A Valia também conta com fornecedores contratados que fornecem ferramentas e relatórios que auxiliam na mensuração de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, bem como na mensuração do risco sistêmico.

Uma vez realizados os investimentos, torna-se crucial para o alcance das metas de rentabilidade o constante monitoramento e reavaliação dos riscos, em função das alterações nas condições econômicas, bem como o monitoramento da rentabilidade dos ativos *vis-à-vis* os índices de referência. Para este controle, a Valia possui Relatórios de Performance, Relatórios de Riscos, Relatórios de Enquadramento e o sistema PGM, que visa monitorar o atingimento das metas.

Neste controle, tem destaque o papel do custodiante dos ativos da Valia, que avalia, de forma consolidada, a aderência dos investimentos da Valia aos limites de risco e exposição determinados, bem como aos limites legais. O custodiante oferece o serviço de *compliance* ativo, impedindo a realização de operações que poderiam levar a Valia a se desequilibrar com relação aos limites pré-estabelecidos.

Ainda no tocante ao monitoramento dos investimentos, tem papel fundamental a Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança (GAGES) da Valia. São atribuições desta gerência:

- Estabelecer e gerir o Processo de Padronização;
- Garantir o Enquadramento na Legislação Vigente;
- Identificar a criação ou alteração de leis em parceria com a área jurídica;
- Divulgar a legislação em parceria com a área jurídica;
- Analisar impactos e criar ou revisar padrões;
- Assessorar o gerenciamento da rotina funcional;
- Realizar diagnósticos de controles internos (com cópia para o Conselho Fiscal);
- Realizar diagnósticos de mensuração de possíveis riscos operacionais.

O fechamento do processo de investimento conta ainda com a identificação de oportunidades de melhoria nos processos internos da Valia, que são cadastradas no sistema SISCOP e acompanhadas pela referida área.

6.2. Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado dos investimentos é realizada por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatórios onde apresenta as maiores exposições aos fatores de risco; calcula o VaR (Valor em Risco), "*duration*" (prazo médio) das carteiras, o diferencial da marcação a mercado (MtM) e análise de stress. A metodologia utilizada é a de VaR paramétrico com 95% de confiança.

Adicionalmente, o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de Renda Fixa ou Renda Variável. Este relatório contém o VaR destes Fundos, as principais contribuições ao risco de mercado e suas contribuições marginais.

No caso dos fundos de renda fixa cuja gestão é terceirizada, além dos controles realizados pela Valia com os relatórios fornecidos pela consultoria contratada e pelo custodiante, está previsto no regulamento de cada fundo o limite estabelecido para risco de mercado.

Para a avaliação e gestão do risco de mercado dos ativos de renda variável (carteira de ações em mercado), a Valia utiliza ainda metodologia adicional desenvolvida pela empresa MSCI Barra, que visa monitorar o risco ativo das carteiras. Esta metodologia permite acompanhar e gerir as carteiras de renda variável focando na sua aderência ao índice de referência (*Tracking-error*) e na avaliação de exposições a fatores de risco.

6.3. Risco de Crédito

O monitoramento do risco de crédito nos investimentos realizados pela Valia é acompanhado em diversas esferas:

- Alocação por ratings e perda esperada por carteira;
- Alocação por setor; e
- Alocação por emissor.

De forma a mitigar o risco de crédito bancário *ex-ante*, é definido um limite exposição máxima a instituições financeiras, tendo como fonte de dados indicadores calculados pela Consultoria Risk Bank. Esta consultoria, através de uma análise das Demonstrações Contábeis das Instituições Financeiras, avalia a capacidade de pagamento destas Instituições utilizando uma metodologia de “*scoring*”, chegando a notas diferenciadas e crescentes na proporção da qualidade creditícia. A Valia possui como política alocar recursos em Instituições Financeiras de grande porte, referendadas pelos comitês de assessoramento da Diretoria Executiva.

Quanto à alocação em ativos emitidos por Instituição não financeira, a Valia adota como premissa investir em ativos classificados como baixo risco de crédito, objetivando uma gestão de investimentos conservadora em relação à exposição ao crédito privado. As operações de risco de crédito são recomendadas por comitês da Valia, com utilização de agências classificadoras de risco de crédito. Quando necessário, é realizada avaliação interna da capacidade de pagamento, com projeção de fluxo de caixa da empresa, pela equipe de análise da Fundação.

Quadro de Estrutura de Classificação de Rating Local

Longo Prazo

GRAU DE INVESTIMENTO

	S&P	MOODY'S	FITCH
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+	Aa1	AA+
	AA	Aa2	AA
	AA-	Aa3	AA-
	A+	A1	A+
	A	A2	A
Médio Risco de Crédito	A-	A3	A-
	BBB+	Baa1	BBB+
	BBB	Baa2	BBB
	BBB-	Baa3	BBB-

INVESTIMENTO ESPECULATIVO

	S&P	MOODY'S	FITCH
	BB+	Ba1	BB+
	BB	Ba2	BB
	BB-	Ba3	BB-
	B+	B1	B+
	B	B2	B
	B-	B3	B-
	CCC	Caa	CCC
	CCC	Ca	CC
	CCC	C	C
	D		D

Melhora na Classificação de Risco

Piora na Classificação de Risco

Abaixo destacamos os limites de alocação e de concentração por emissor:

Alocação Por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não se Aplica
Tesouro Nacional	0%	100%	
Instituições Financeiras	0%	20%	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0%	10%	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0%	10%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0%	10%	
FIDC/FICFIDC	0%	10%	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0%	10%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0%	10%	
FI/FIC Classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0%	10%	
FI/FIC Classificado como dívida externa no segmento Investimentos no Exterior	0%	10%	

Concentração Por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0%	25%
% do capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma mesma SPE	0%	25%
% do capital Total de uma mesma SPE (exclusiva para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizadora)	0%	30%
% do PL de uma mesma instituição Financeira	0%	25%
% do PL de Fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia aberta	0%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos no Exterior	0%	25%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0%	25%
% do PL de Fundos de Investimento ou FIC classificado como dívida externa no segmento de investimentos no exterior	0%	25%
% do Patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0%	25%

Concentração Por Investimento

Emissor	Mínimo	Máximo
% de uma mesma série de títulos e valores mobiliários	0%	25%
% de uma mesma classe	0%	25%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0%	25%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0%	25%

6.4. Risco de Liquidez

Conforme descrito em tópico específico desta Política, a Valia gerencia seus ativos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre estes ativos e o passivo atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem à restrição de que durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum.

6.5. Risco Sistêmico

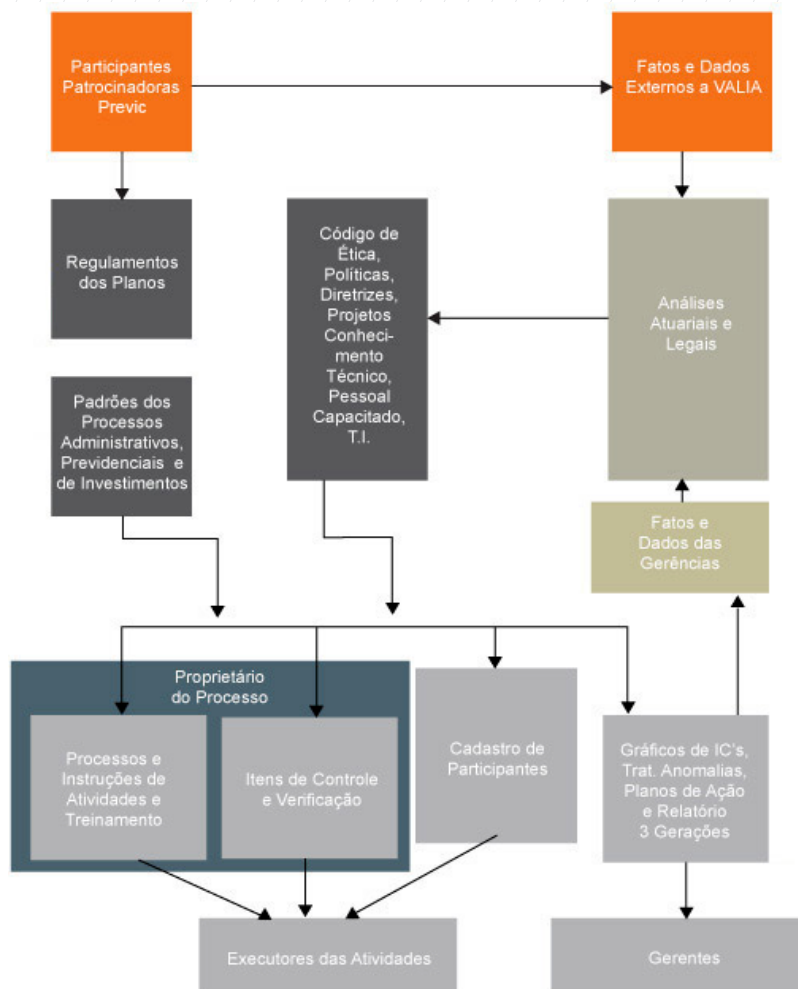
A avaliação do risco sistêmico dos investimentos é realizada por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatórios onde apresenta "Testes de Stress" cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos

da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços, etc.), utilizando os cenários de stress divulgados pelo Comitê de Risco da BM&FBovespa.

6.6. Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes. As atividades de controle estão sob a responsabilidade dos gestores (gerenciamento funcional) e da área de gestão de risco operacional e governança (gerenciamento interfuncional - *Compliance*). Adicionalmente, contratamos junto ao Custodiante o serviço de *Compliance* Ativo, visando reforçar o controle de enquadramento dos investimentos perante a legislação e esta Política de Investimentos. Cabe ressaltar que este serviço é acompanhado e monitorado pela Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança (GAGES).

Sistema de Gestão Valia



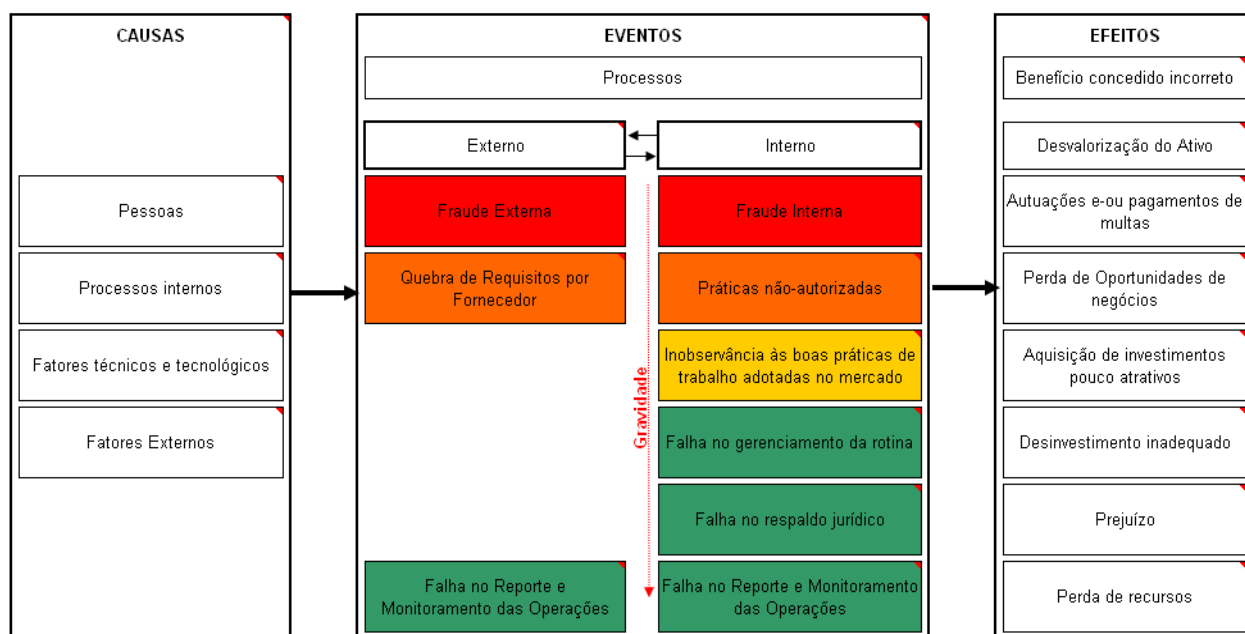
A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no PDCA (*Plan/ Do/ Check/ Action*) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente, a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado “Sistema de Gestão da Informação-SGI-Agenda” no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal

(*Control Self Assessment - CSA*) e a GAGES verifica, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Em complemento, foi implementado pela Valia um processo de gerenciamento do Risco Operacional utilizando a metodologia de mensuração de perda esperada que calcula a distribuição de perdas agregadas de acordo com a estimativa de frequência e severidade de um evento. Tal processo utiliza procedimentos numéricos (simulação de Monte Carlo) com o objetivo de estabelecer a *Loss Distribution Approach* (LDA). Os riscos são classificados de acordo com uma adaptação dos conceitos de Basiléia II segundo as seguintes categorias:

Classificação dos eventos de perda



O controle dos riscos é realizado pelos próprios gestores utilizando-se de acompanhamentos dos planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado pela GAGES que realiza diagnósticos de controles internos nos processos avaliando o impacto destes riscos reportando para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Um Sistema de Gestão denominado “*Sistema Compliance*” está estabelecido objetivando garantir que os negócios atuais e futuros da Valia apresentem maior grau de confiabilidade, mantendo-os em conformidade com a estrutura legal que regula os Fundos de Pensão no Brasil e com padrões estabelecidos pela própria Fundação.

Abaixo descrevemos detalhadamente os seus principais pontos:

- Estrutura de Controles e Atendimento de Objetivos, Políticas e Procedimentos

Sistemas de Informação utilizados:

- Sistema de Padronização Vale (SISPAV) – Sistema de gestão dos procedimentos documentados da Valia e registro de treinamento em padrões.
- Portal de Gestão Vale (PGV) – Sistema de gestão dos

indicadores e do Planejamento Estratégico, além do acompanhamento de planos de ação para melhoria dos processos;

- Sistema de Controle de Oportunidades de Melhoria (SISCOM) – Sistema de gestão e acompanhamento dos registros de não conformidades de auditorias internas e externas do Sistema de Gestão da Qualidade, recomendações decorrentes dos diagnósticos de controles internos e gerenciamento de risco operacional, além do acompanhamento das não conformidades de rotina;

• Comunicação Interna

Utilização de intranet -SISPAV para a divulgação dos padrões a todos os usuários, bem como registros de treinamentos, além de disponibilização de informações em meios de divulgação interna.

• Segregação de Atividades e Funções e Delegação de Atribuições

Encontram-se delimitadas de modo a não configurar conflito de interesses conforme documentos disponíveis para consulta no SISPAV.

• Avaliação e Aprimoramento dos Controles Internos

Utilização do PGV para acompanhamento dos indicadores relacionados ao desdobramento das metas estratégicas e ao gerenciamento da rotina funcional (gerência).

• Comunicação de Deficiências

O PGV encontra-se implementado em todas as

gerências da Valia. Neste sistema temos disponíveis os registros “Comentário de Gráfico” e “Plano de Ação” para os indicadores que se encontram fora da meta estabelecida.

Analogamente, as oportunidades de melhoria e seus respectivos planos de ação identificados nos Diagnósticos realizados pela GAGES são registrados em relatório e enviados ao conhecimento da Diretoria Executiva, Presidente do Conselho Fiscal e às gerências envolvidas. As recomendações e planos de ação derivados destes relatórios são cadastrados no SISCOM no diretório Valia-Compliance para *follow-up* *pari passu* aos prazos determinados pelas áreas.

Os pontos identificados pela área de auditoria do Patrocinador/Instituidor também são objeto de acompanhamento em sistema próprio disponível na intranet. O posicionamento das áreas é registrado em banco de dados.

Adicionalmente, com a certificação ISO-9001:2008 utilizamos o SISCOM para acompanhamento das não conformidades do sistema de gestão da qualidade (SGQ).

• Continuidade de Negócios

A Valia implementou em 2010 o Plano de Continuidade de Negócios, o qual contou com as seguintes seis fases: Planejamento, *Business Impact Analysis*, Seleção de Estratégias, Planos de Continuidade, Governança e Treinamentos e Testes.

Os seguintes processos foram considerados críticos de acordo com a metodologia implementada:

Renda Fixa	Renda Variável
Título Privado Empresa	Processo de Envio de Informações ao COAF
Processo - Back office	Cadastro
Arrecadação	Resgate
Contas a Pagar	Fluxo de Caixa
Contas a Receber	Investimento Imobiliário
Concessão	Cobrança
Recebimento	Folha de Pagamento
Perícias	Gerência de Atendimento Corporativo e Comunicação (GAATA)
Contábil	Cálculo de Cotas

Estes processos tiveram estratégias definidas para as indisponibilidades nos pilares de Pessoas, Sistemas e Localidades.

Como estratégia para o pilar Pessoas a Valia definiu que todos os responsáveis teriam substitutos imediatos para suas funções. Para o pilar Sistemas a estratégia prevê o alinhamento com a Vale e para o Pilar Localidade a Valia instituiu um site de contingência na sala 1905 do Centro Empresarial Cidade Nova (CECN – Teleporto) com 51 estações de trabalho para todas as pessoas que estão envolvidas nos processos críticos.

Todas as estratégias definidas pelos gestores nos processos críticos de negócios estão documentadas em procedimentos específicos cadastrados no SISPAV e monitorados pela área de governança.

A GAGES elaborou um plano de testes do Plano de Continuidade de Negócios da VALIA visando monitorar permanentemente a gestão da continuidade.

6.7. Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação (riscos externos) e aos riscos operacionais (internos), com reflexos nos contratos, ações judiciais, tributação, entre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. No âmbito externo, como metodologia de mitigação de riscos podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, consideradas as repercussões das alterações normativas. No âmbito interno, no que tange às ações judiciais, o monitoramento adequado por meio de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível) são recomendáveis, objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. Também é apresentado ao Conselho Fiscal semestralmente relatório contemplando os valores de provisionamento referentes ao contencioso. No âmbito contratual, tributário e de processos decisórios,

a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos, consiste em elemento mitigador de risco recomendável. Tais práticas já são adotadas pela Valia.

No que concerne aos investimentos pode-se definir o risco legal como sendo o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis/regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Para mitigar esses riscos, a Valia conta com assessoria legal que acompanha o processo decisório dos investimentos como um todo, com a intenção de identificar, avaliar e mitigar os riscos legais envolvidos, bem como avaliar potenciais conflitos de interesse dos seus prestadores de serviços e assim, embasar as decisões estratégicas de investimentos com agilidade e alto grau de confiança.

O gerenciamento do risco legal pressupõe uma abordagem qualitativa, identificando e opinando sobre riscos, avaliando controles, com o objetivo de mitigar riscos de perdas, e/ou não aderência à legislação e uma abordagem quantitativa visando mensurar o risco legal para efeito de gestão.

Na metodologia, a identificação de riscos legais pressupõe a análise dos riscos potenciais (internos e externos) que poderão impactar nos objetivos da Valia. Na avaliação e mensuração dos riscos legais identificados considerando as análises quantitativas e qualitativas referidas, formam-se subsídios para a tomada de decisão, estratégias de controle e mitigação e planos de ação. No monitoramento do risco legal são adotadas sistemáticas execuções de processo de vigilância e acompanhamento, com o objetivo de verificar se as práticas e os processos existentes e mapeados estão aderentes aos regulamentos internos e à legislação. Neste contexto, se faz a atuação da área de compliance, além da atuação jurídica demandada. No controle e mitigação dos riscos operacionais são implementadas ações que tratam da execução de planos e medidas de correção e adequação, quando verificados desvios das práticas e processos em relação ao arcabouço normativo e organizacional, consistindo na adoção de estratégias de melhoria dos processos, com ênfase naqueles cujo impacto financeiro seja relevante à instituição.

7. Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

A importância do tema sustentabilidade para a Valia está no papel da geração de valor aos seus participantes e patrocinadores. A Valia entende que deve buscar contribuir para o fortalecimento da cultura de responsabilidade social na sociedade através da gestão dos investimentos e apoio às iniciativas e aos acordos firmados no sistema de previdência complementar com organizações internacionais. Para tanto, existe uma política que alinha o público interno quanto às práticas e políticas adotadas pela Valia. Ela estabelece os princípios adotados na gestão (administrativa, atuarial, de risco, dos investimentos e participações), criação de produtos e serviços oferecidos e relacionamentos (participantes, patrocinadores, institucional).

Quanto à gestão dos investimentos, a Valia possui diferentes critérios para verificar a observância de princípios de responsabilidade socioambiental em cada um dos segmentos de aplicação dos recursos, descritos a seguir. Quanto ao apoio às iniciativas, a Valia participa de ações conjuntas que promovam incentivo, o intercâmbio de conhecimentos e informações entre as entidades.

Para a Carteira de Investimentos Estruturados da Valia, os Estatutos e Regulamentos contêm cláusulas que buscam assegurar o atendimento ao PRI através de compromissos ambientais, sociais e de governança.

Em relação à carteira imobiliária haverá a manutenção de procedimentos já implantados

nos condomínios dos edifícios, tais como: coleta seletiva de resíduos, adoção de práticas para o uso consciente de recursos (água, energia, etc.), participação em comunidades e associações do entorno dos empreendimentos para a tratativa da sua utilização, segurança e preservação, e ainda, a atualização continuada dos Regulamentos Internos dos empreendimentos visando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental, sustentabilidade e diversidade, extensivas a seus fornecedores.

Para futuras aquisições imobiliárias continuam como requisito a pré-certificação ambiental *green building* que confere à edificação comprometimento com a preservação do meio ambiente e atendimento aos princípios do PRI.

Quanto aos novos Fundos de Investimentos Imobiliários, bem como os FIP's que venham a ser avaliados pela Valia, também fará parte dos procedimentos de análise dar conhecimento dos princípios do PRI e solicitar que sejam incorporadas práticas compatíveis com os mesmos em seus Estatutos e Regulamentos.

As atividades desenvolvidas internamente na Valia de cunho social e ambiental são importantes para a conscientização e participação dos empregados quanto ao tema. Contudo, a Valia entende que a incorporação do tema sustentabilidade na estratégia e operação de seu negócio na gestão dos investimentos é o grande diferencial a ser alcançado pela Fundação.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Valor aplicado	% Aplicado	Valor aplicado	% Aplicado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	10.549.874.460	100	10.748.168.396	100
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	253.832	0.0	115.936	0.0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	7.022.218.493	66.6	6.724.807.486	62.6
CDB	37.406.868	0.4	32.666.479	0.3
DEBÊNTURES	185.319.677	1.8	223.220.434	2.1
FUNDOS RF	2.061.186.935	19.5	2.827.127.494	26.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	4.738.305.013	44.9	3.641.793.079	33.9
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	1.378.612.719	13.1	2.019.768.160	18.8
AÇÕES	1.063.800.667	10.1	1.745.176.832	16.2
FUNDOS RV	314.812.052	3.0	274.591.328	2.6
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	584.256.851	5.5	450.590.431	4.2
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	566.259.620	5.4	432.881.005	4.0
FUNDO IMOBILIÁRIO	17.997.230	0.2	17.709.426	0.2
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0.0	20.301.302	0.2
AÇÕES	0	0.0	20.301.302	0.2
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.070.930.193	10.2	1.044.189.545	9.7
IMÓVEIS	1.070.930.193	10.2	1.044.189.545	9.7
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	496.902.878	4.7	503.345.901	4.7
EMPRÉSTIMOS	495.095.881	4.7	502.108.728	4.7
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.806.997	0.0	1.237.172	0.0
H - INVESTIMENTOS A PAGAR	(3.300.504)	(0.0)	(14.950.364)	(0.1)

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO

Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
Valor aplicado	% Aplicado	Valor aplicado	% Aplicado
17,900,835,031	100	16,956,750,085	100
561,906	0.0	292,404	0.0
12,540,359,458	70.1	11,139,299,955	65.7
175,422,138	1.0	155,334,588	0.9
213,454,144	1.2	255,167,929	1.5
6,632,009,698	37.0	6,614,088,693	39.0
5,519,473,477	30.8	4,114,708,744	24.3
2,225,645,221	12.4	2,918,244,308	17.2
1,275,053,685	7.1	2,043,090,306	12.0
950,591,535	5.3	875,154,002	5.2
689,970,333	3.9	551,116,888	3.3
670,761,688	3.7	532,215,420	3.1
19,208,645	0.1	18,901,468	0.1
0	0.0	23,638,377	0.1
0	0.0	23,638,377	0.1
1,323,123,131	7.4	1,282,167,890	7.6
1,323,123,131	7.4	1,282,167,890	7.6
1,125,229,002	6.3	1,058,199,283	6.2
1,121,349,270	6.3	1,045,019,745	6.2
3,879,731	0.0	13,179,538	0.1
(4,054,020)	(0.0)	(16,209,021)	(0.1)

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA BENEFÍCIO DEFINIDO

Investimentos	Dezembro de 2014		
	Valor aplicado	% Sobre os rgrt	% Sobre o total terceirizado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	10.549.874.460	14.57	
Fundos de Renda Fixa / Gestor			
Mining / BRAM	651.590.193	6.18	42.40
E FIM / Santander Asset	187.888.064	1.78	12.23
Aldebaran / BTG Pactual	122.090.270	1.16	7.95
Onix / Banco Safra	119.794.417	1.14	7.80
BB Milenio VIII / BB DTVM	118.034.218	1.12	7.68
	103.783.223	0.98	6.75
Fundos Renda Variável / Gestor			
Rauta FIA / Dynamo	300.748.043	2.85	19.57
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	76.524.353	0.73	4.98
Ibovespa Value / BRAM	41.859.124	0.40	2.72
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	40.483.926	0.38	2.63
VINCI TROPICO FIA / Vinci Equities	38.430.358	0.36	2.50
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	29.889.515	0.28	1.95
BR CAP MERIDIANO FIA / BC Gestão de Recursos	22.475.711	0.21	1.46
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	21.506.453	0.20	1.40
POLLUX ARTICO FIA / Pollux Capital	16.711.348	0.16	1.09
	12.867.254	0.12	0.84
Fundos de Investimento em Participação / Gestor			
Infra Brasil FIP / Mantiq	566.259.620	5.37	36.85
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal	75.121.731	0.71	4.89
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE	162.329.727	1.54	10.56
FIP FS / CARLYLE	43.591.790	0.41	2.84
FIP Brasil de Governança Corporativa / Bozano Investimentos	41.129.835	0.39	2.68
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	33.255.396	0.32	2.16
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	31.044.463	0.29	2.02
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	19.982.208	0.19	1.30
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	12.142.847	0.12	0.79
FIP KINEA PRIVITE II EQUITY / Kinea Investimentos	15.729.952	0.15	1.02
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	46.554.008	0.44	3.03
FIP BRPETROLEO / Mantiq	19.434.105	0.18	1.26
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	19.171.327	0.18	1.25
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	8.964.999	0.08	0.58
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	8.104.499	0.08	0.53
BNY FIP / BNY Mellon	4.515.611	0.04	0.29
2B CAPITAL FIP / 2BCapital	2.762.344	0.03	0.18
CTS II FIP/CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários	9.944.047	0.09	0.65
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / TCG Gestor LTDA	10.800.476	0.10	0.70
DGF FIPAC2/DGF Investimentos Gestão de Fundos LTDA	1.509.177	0.01	0.10
	171.079	0.00	0.01
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR			
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	17.997.230	0.17	1.17
	17.997.230	0.17	1.17
TOTAL TERCEIRIZADO	1.536.595.086		100

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA CONSOLIDADO

Investimentos	Dezembro de 2014		
	Valor aplicado	% Sobre os rgrt	% Sobre o total terceirizado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	17.900.835.031	12.18	
Fundos de Renda Fixa / Gestor			
Mining / BRAM	818.208.219	4.57	37.52
E FIM / Santander Asset	234.173.437	1.31	10.74
Aldebaran / BTG Pactual	161.064.146	0.90	7.39
Onix / Banco Safra	148.717.321	0.83	6.82
BB Milenio VIII / BB DTVM	147.295.340	0.82	6.76
	126.957.976	0.71	5.82
Fundos Renda Variável / Gestor			
Rauta FIA / Dynamo	672.343.991	3.76	30.83
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	183.022.914	1.02	8.39
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	100.114.259	0.56	4.59
VINCI TROPICO FIA / Vinci Equities	91.913.697	0.51	4.22
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	71.486.605	0.40	3.28
BR CAP MERIDIANO FIA / BC Gestão de Recursos	53.755.047	0.30	2.47
Ibovespa Value / BRAM	51.436.877	0.29	2.36
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	49.871.598	0.28	2.29
POLLUX ARTICO FIA / Pollux Capital	39.968.448	0.22	1.83
	30.774.547	0.17	1.41
Fundos de Investimento em Participação / Gestor			
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal	670.761.688	3.75	30.76
Infra Brasil FIP / Mantiaq	202.166.858	1.13	9.27
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE	75.121.731	0.42	3.45
FIP KINEA PRIVITE II EQUITY/ Kinea Investimentos	56.527.064	0.32	2.59
FIP FS / CARLYLE	53.155.075	0.30	2.44
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	47.894.864	0.27	2.20
FIP Brasil de Governança Corporativa / Bozano Investimentos	41.804.225	0.23	1.92
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	37.608.313	0.21	1.72
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	23.508.480	0.13	1.08
FIP BRPETROLEO / Mantiaq	22.086.510	0.12	1.01
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	21.965.293	0.12	1.01
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	18.288.562	0.10	0.84
CTS II FIP/CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários	15.958.261	0.09	0.73
2B CAPITAL FIP / 2BCapital	12.000.529	0.07	0.55
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	11.478.180	0.06	0.53
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	10.986.600	0.06	0.50
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	10.576.376	0.06	0.49
BNY FIP / BNY Mellon	4.819.545	0.03	0.22
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / TCG Gestor LTDA	2.948.271	0.02	0.14
DGF FIPAC2/DGF Investimentos Gestão de Fundos LTDA	1.676.864	0.01	0.08
	190.088	0.00	0.01
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR			
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	19.208.645	0.11	0.88
	19.208.645	0.11	0.88
TOTAL TERCEIRIZADO	2.180.522.544		100

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS BENEFÍCIO DEFINIDO

1. Introdução

Este documento, elaborado pela Mercer, apresenta os principais resultados, posicionados em 31/12/2014, da avaliação dos compromissos atuariais do Plano de Benefício Definido gerido pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

O presente estudo foi realizado considerando-se os dados individuais disponibilizados pela VALIA relativos aos Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido, posicionados em 31/07/2014, que, após a realização dos testes

apropriados e dos ajustes identificados como necessários, foram considerados suficientemente completos para a execução dos cálculos.

Os cálculos atuariais foram efetuados de forma prospectiva na data de 31/07/2014 e atualizados por recorrência para 31/12/2014.

O método atuarial e as hipóteses utilizadas foram aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira, em geral, e pela legislação previdenciária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para o pagamento dos benefícios.

2. Dados Cadastrais dos Participantes

Um resumo das principais características do grupo de Participantes considerado nesta avaliação, cuja

data base de posicionamento é 31/07/2014, está apresentado no quadro seguinte:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	14
Idade Média (anos)	53,80
Tempo de Serviço Médio (anos)	29,43
Salário Médio Mensal (R\$)	3.706,16
Folha Salarial Anual (incluindo 13º) (R\$)	674.520,32
Valor Presente da Folha Salarial (R\$)	1.988.807,72

BPD Aguardando

Descrição	
Número	2
Idade Média (anos)	50,38
Tempo de Empresa Médio (anos)	23,50

Participantes Aposentados / Beneficiários recebendo Pensão por Morte Aposentados por Idade e Tempo de Serviço

Descrição	
Número	7.463
Idade média (anos)	67,83
Benefício Médio Mensal (R\$)	3.632,88
Folha Anual (incluindo 13º)	352.458.005,89

Aposentados por Especial

Descrição	
Número	2.811
Idade média (anos)	74,75
Benefício Médio Mensal (R\$)	2.274,80
Folha Anual (incluindo 13º)	83.127.925,96

Aposentados por Invalidez

Descrição	
Número	867
Idade média (anos)	62,47
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.576,56
Folha Anual (incluindo 13º)	17.769.354,79

Beneficiários de Pensão por Morte (Grupos Familiares)

Descrição	
Número	5.268
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.284,63
Folha Anual (incluindo 13º)	87.976.769,78

BPD Recebendo

Descrição	
Número	3
Idade média (anos)	53,96
Benefício Médio Mensal (R\$)	805,05
Folha Anual (incluindo 13º)	31.397,04

As folhas anuais apresentadas foram obtidas pela multiplicação por 13 da folha relativa à data base dos dados, tratando-se, portanto, da folha mensal anualizada.

Registramos, ainda, que tanto os salários quanto os benefícios apresentados refletem as hipóteses de pico e capacidade adotadas.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, e à Instrução PREVIC nº 07, de 12/12/2013, foi realizado estudo técnico para fundamentação das principais hipóteses atuariais e financeiras adotadas na avaliação atuarial de 31/07/2014 do Plano de Benefício Definido.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões

Matemáticas foram:

Hipóteses Econômicas

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, no curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na presente avaliação foi admitido o seguinte cenário econômico básico:

Taxa Real para Desconto da Obrigação Atuarial	4,75% a.a.
Fator de pico dos Salários	1,0562 ⁽¹⁾
Fator de pico dos Benefícios (INPC)	1,0379 ⁽¹⁾
Capacidade dos Salários e Benefícios	0,99 ⁽²⁾
Custeio administrativo	8%

(1) O fator de pico tem por objetivo atualizar o valor do salário ou do benefício para o seu valor máximo, considerando a reposição dos índices de inflação passados, acumulados desde a data do último reajuste até a data do cálculo.

(2) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

O estudo técnico realizado pela Mercer com o objetivo de analisar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida na avaliação atuarial e a taxa de retorno real projetada para as aplicações (6,11% a.a.) demonstra que a manutenção da taxa de desconto real de 4,75% a.a. é aceitável para a avaliação atuarial dos compromissos do Plano de Benefício Definido.

de desconto real de 4,75% a.a. na avaliação atuarial de 31/07/2014.

Destaca-se que a taxa adotada na avaliação atuarial de 2014 está compatível com os limites máximos previstos na legislação.

Hipóteses Biométricas

Considerando o resultado do estudo de aderência desta hipótese, a Diretoria, o Conselho Deliberativo e a Patrocinadora decidiram pela manutenção da taxa

As tábuas biométricas utilizadas e descritas na tabela a seguir estão reproduzidas no Apêndice B.

Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos	AT2000 masculina suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Zimmerman, suavizada em 55%
Composição familiar (Cx e HX)	Experiência VALIA

Outras Hipóteses

Idade na data de aposentadoria	Informada pela VALIA, considerando as carências de tempo de empresa, tempo de VALIA, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial
Tempo de Vinculação à Previdência Social	Informado pela VALIA, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial

Ainda como resultado do estudo técnico, verificou-se a necessidade de revisão da tábua utilizada para projeção de entrada em invalidez que, após apreciação e deliberação pelo Conselho Deliberativo da VALIA, foi alterada da Álvaro Vindas multiplicada por três para a Zimmerman suavizada em 55%.

Ressalta-se que o estudo técnico citado encontra-se arquivado na Entidade e que a única hipótese alterada em relação à avaliação atuarial anterior foi a tábua de entrada em invalidez.

Método

O método atuarial adotado foi o "Agregado" para a avaliação de todos os benefícios do plano. O benefício de auxílio doença é pago pela VALIA a partir do 25º mês, sendo adotado o mesmo procedimento da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez para fins de custeio.

O método atuarial utilizado na presente avaliação atuarial é o mesmo utilizado na avaliação atuarial referente ao exercício de 2013.

Em nossa opinião, as hipóteses e o método utilizado nesta avaliação atuarial, com data base de 31/12/2014, são apropriados e atendem à legislação vigente.

4. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2014 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e do Fundo Previdencial fornecidos pela VALIA.

Nome	R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL ⁽¹⁾	9.420.243.823,10
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	9.077.618.089,57
PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.130.711.854,42
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	7.126.109.660,65
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	0,00
Benefícios Temporários	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	7.126.109.660,65
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	6.653.648.590,15
Benefícios Vitalícios	6.653.648.590,15
Benefício Proporcional	0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	472.461.070,50
Benefícios Vitalícios	472.461.070,50
BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.602.193,77
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	0,00
Conta de Patrocinador	0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	0,00
Conta de Participante	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	4.461.429,43
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	4.850.790,24
Benefício Vitalício	4.850.790,24
Benefício Proporcional	0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(326.219,65)
(-) Contribuição Patroc. Benef. Vitalício	(326.219,65)
(-) Contribuição Patroc. BP	0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(63.141,16)
(-) Contribuição Participante	(63.141,16)
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	140.764,34
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	152.972,02
Benefício Vitalício	152.972,02
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	(10.228,01)
(-) Contribuição Patrocinador	(10.228,01)
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	(1.979,67)
(-) Contribuição Participante	(1.979,67)
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
(-) SERVIÇO PASSADO	0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(-) PARTICIPANTES	0,00
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(-) PARTICIPANTES	0,00
(-) ASSISTIDOS	0,00
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	0,00
(+/-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(+/-) PARTICIPANTES	0,00
(+/-) ASSISTIDOS	0,00

Nome	R\$
EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.946.906.235,15
RESULTADOS REALIZADOS	1.946.906.235,15
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	1.946.906.235,15
- Reserva de Contingência	1.782.677.963,60
- Reserva Especial para Revisão do Plano	164.228.271,55
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
RESULTADOS A REALIZAR	0,00
FUNDOS ⁽²⁾	342.625.733,53
Fundo Previdencial	342.625.733,53
Fundo de Distribuição do Superávit	0,00
Fundo de Distribuição do Superávit - 2012	342.625.733,53

(1) Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial e dos Fundos Administrativo, Assistencial e de Investimentos.

(2) Líquido dos Fundos Administrativo, Assistencial e de Investimentos.

Observamos que:

- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos", assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos", assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido;
- A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo foi registrada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos";
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta "Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado";
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta "Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado", assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo.

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

1. O Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31/12/2014, plano este que se encontra em extinção;
2. Os dados individuais de 31/07/2014 dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela VALIA à Mercer que, após a realização de testes apropriados e dos ajustes identificados como necessários, foram considerados suficientemente completos para a execução dos cálculos;
3. A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o regulamento do Plano.

A alteração regulamentar de 26/02/2014 não impactou os resultados obtidos.

A modificação da hipótese de tábua de entrada em invalidez, destacada no capítulo 3 deste parecer, não gerou alteração material no passivo atuarial do plano, em função do número reduzido de expostos ao risco. Os ganhos e perdas atuariais foram gerados pela movimentação da massa de participantes. Especificamente no exercício de 2014, a rentabilidade dos ativos foi inferior à meta atuarial.

O Patrimônio para Cobertura do Plano é superior às Provisões Matemáticas, caracterizando uma

situação de desequilíbrio positivo do plano. O Superávit Técnico Acumulado apurado foi registrado na Reserva de Contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas e o excesso a este limite foi registrado na conta Reserva Especial para Revisão de Plano. O passivo atuarial relativo aos Participantes em processo de concessão de benefício foi calculado sem considerar a aplicação do fator previdenciário instituído pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999. Neste cálculo também não foi aplicado qualquer fator atuarial redutor em função da antecipação da concessão do benefício. O valor deste passivo está alocado nas provisões de benefícios concedidos. O passivo atuarial

dos demais Participantes Ativos foi calculado considerando a aplicação do fator previdenciário.

A forma de distribuição aos Participantes e Assistidos dos fundos previdenciais ficou estabelecida em alteração regulamentar aprovada pela PREVIC através da Portaria nº 9, de 25/02/2014, publicada no DOU de 26/02/2014.

Conforme previsto em tal alteração regulamentar, o Fundo de Distribuição do Superávit teve seu saldo distribuído de forma total em março de 2014 e o Fundo de Distribuição do Superávit - 2012 está sendo distribuído mensalmente.

5. Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2015

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os patrocinadores, os Participantes e Assistidos deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

Patrocinadores

- Contribuição: 20,0084% da folha de salários. Este percentual inclui o carregamento de 8% do total das contribuições para cobertura das despesas administrativas do plano.

Participantes Ativos e Assistidos

- 3% da parcela do salário/benefício até meio-teto da previdência social;
- 3,7% da parcela do salário/benefício entre meio-teto e o teto da previdência social;

- 10,7% da parcela do salário/benefício acima do teto da previdência social.

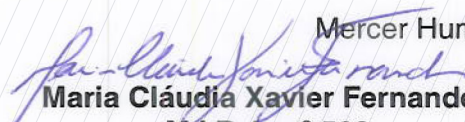
Observação: o carregamento para cobertura das despesas administrativas corresponde a 8% do total das contribuições.

Do valor das contribuições do patrocinador e dos Participantes que não estão em gozo de benefício, 96,96% são destinadas para cobertura dos benefícios programados e sua respectiva reversão em pensão e o restante destina-se para a cobertura dos benefícios de risco.

Do encargo dos benefícios concedidos de pensão por morte, 74,96% são oriundos de aposentadorias programadas e o restante é proveniente de Participantes falecidos em atividade ou aposentados por invalidez.

O plano de custeio apresentado neste Parecer e aprovado pelo Conselho Deliberativo da VALIA passa a vigorar a partir de 01/01/2015.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2015.


Maria Cláudia Xavier Fernandes
M.I.B.A. nº 509

Mercer Human Resource Consulting Ltda.


Marisa Ribeiro de Faria
M.I.B.A. nº 1.701

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS-PGA PLANO BD

Acumulado - Dezembro 2014

Descrição	PGA - BD		
	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	23.473.553	18.582.380	42.055.933
Despesas Comuns (A)	21.966.083	17.150.051	39.116.135
Pessoal e Encargos	12.372.639	10.681.378	23.054.016
Treinamentos	252.586	-	252.586
Viagens e Estadias	340.269	142.656	482.925
Serviços de Terceiros	6.343.864	1.850.837	8.194.701
Despesas Gerais	1.302.960	4.475.181	5.778.141
Depreciações e Amortizações	1.349.969	-	1.349.969
Outras Despesas	3.798	-	3.798
Despesas Específicas (B)	1.507.469	1.385.592	2.893.061
Outras Despesas (C)	-	46.737	46.737

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS-PGA CONSOLIDADO

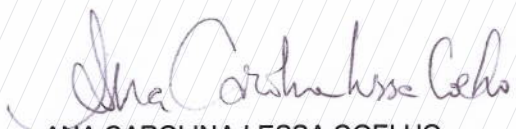
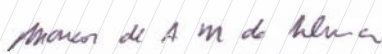
Acumulado - Dezembro 2014

Descrição	PGA - CONSOLIDADO		
	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	40.175.569	31.671.349	71.846.918
Despesas Comuns (A)	36.109.133	28.562.251	64.671.383
Pessoal e Encargos	20.538.381	17.814.689	38.353.070
Treinamentos	419.675	-	419.675
Viagens e Estadias	564.986	237.039	802.026
Serviços de Terceiros	10.511.878	3.075.298	13.587.176
Despesas Gerais	1.939.637	7.435.225	9.374.862
Depreciações e Amortizações	2.128.264	-	2.128.264
Outras Despesas	6.311	-	6.311
Despesas Específicas (B)	4.066.436	3.056.459	7.122.895
Outras Despesas (C)	-	52.640	52.640

PARECER DO CONSELHO FISCAL 2014

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o relatório de auditoria dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2015, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2015.


DIONI BARBOZA BRASIL
ANA CAROLINA LESSA COELHO
MARCOS DE ANDRADE MELO DA SILVEIRA
MARCOS CÉSAR SANTOS
OSWALDO DIAS

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO 2014

DELIBERAÇÃO – Nº 01/2015

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. O Balanço Patrimonial, Demonstração da Muta     do Patrimônio Social, Demonstr     do Plano de Gest     Administrativa, Demonstr    es do Ativo Líquido por plano, Demonstr    es da Muta     do Ativo Líquido por plano, Demonstr     das Provis    es Técnicas por plano e notas explicativas às demonstr    es contábeis, relativos ao exercício findado em 31/12/2014, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;
2. O parecer favorável da KPMG Auditores Independentes;
3. O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 03 de março de 2015;

Delibera por unanimidade,

Aprovar as demonstr    es contábeis relativas ao exercício de 2014.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2015.



Marcus Vinicius Dias Severini
Presidente